

1 **Ata da Reunião do Conselho de**
2 **Desenvolvimento Territorial do Litoral**
3 **Paranaense - COLIT, realizada no dia 25**
4 **de Novembro de 2015, às 14h, no Salão**
5 **da FIEP - Auditório - Av. Comendador**
6 **Franco 1341- Curitiba - PR, sob a**
7 **Presidência do Sr. Ricardo Soavinski, e**
8 **secretariada pelo Sr. Alfredo Parodi -**
9 **Secretário Executivo.**

10 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
11 Soavinski:- Vamos dar início à nossa reunião do Conselho do Litoral Paranaense -
12 COLIT.

13 Primeiramente queria agradecer muitíssima a presença de todos os Conselheiros,
14 convidados, pessoas que vieram do litoral para acompanhar a reunião. É a nossa reunião
15 primeira reunião do ano, embora estejamos finalizando o ano e vou justificar o porquê
16 disso.

17 Gostaria de me apresentar. Para quem não me conhece, meu nome é Ricardo
18 Soavinski, sou Secretário de Meio Ambiente desde janeiro desse ano, sou da área
19 ambiental, sou sonógrafo e com prazer muito federal estou servindo objetivamente o
20 Estado. Sempre estive na esfera federal, estou cedido para o Governo do Estado e, com
21 muita honra e muito orgulho, podendo agora objetivamente trabalhar só pelo Paraná.
22 Lógico que sempre tive um olhar especial para o Paraná, mas o trabalho era em nível
23 nacional. Logicamente que muita coisa boa, interessante que o país e até outros países
24 seguem o Paraná como exemplo de gestão em várias áreas, inclusive na ambiental. O
25 nosso histórico é com mecanismos financeiros como o ICMS Ecológico e uma série de
26 outras iniciativas é bastante bem avaliado, mas claro que por mais que a gente faça a
27 gente tem sempre que fazer mais e tem problemas também. E na área ambiental, com
28 certeza, é onde muita coisa respinga ou às vezes a falta de um planejamento macro ou às
29 vezes a falta de estrutura pontual numa região e algumas coisas vão se acumulando.

30 Em conversa com o próprio governador Beto Richa, que nos convidou e mais
31 alguns Secretários, como o Pepe - muito obrigado Pepe pela presença assim como de
32 outros Secretários e gestores das autarquias aqui presentes, fomos avaliando esse
33 conjunto de demandas. E aí vou justificar o porquê da reunião só agora.

34 Algumas das questões que discutimos ao longo dos meses era um volume
35 bastante grande de demandas do próprio litoral, alguns instrumentos de planejamento
36 que são necessários que a própria legislação traz como o Zoneamento Ecológico
37 Econômico, os planos diretores, os municípios, embora alguns municípios já o tenham,
38 precisam ser feitos. E uma demanda e um entendimento de que a própria equipe do IAP,
39 que é o órgão licenciador, em função desse volume grande de demanda e do reduzido
40 número de funcionários, pediram que a gente fizesse uma revisão da forma de
41 funcionamento do licenciamento ambiental no litoral paranaense. E aí fizemos uma
42 análise, conversamos muito isso com vários Secretários, com o governador.

43 Não foi possível, prefeito, estava lhe explicando agora, conversar com todos os
44 prefeitos e prefeitas, mas com alguns e resolvemos, considerando a altíssima
45 biodiversidade que temos no litoral, por um lado. É onde temos a maior cobertura
46 florestal de mata atlântica chegando em torno de 80%, que é extremamente importante.
47 Por outro lado, o altíssimo interesse desde o turismo, do veranismo. Ou seja, no verão
48 quase metade do Paraná vai para o litoral, toda a questão de produção agrícola e
49 industrial que grande parte ou maior parte sai por ali. Então em vista da importância da
50 biodiversidade, dos ecossistemas que ali nós temos. Por outro lado, a importância da
51 economia, a necessidade de até fazer coisas corretivas também, porque isso vai se
52 acumulando ao longo do tempo e aí a equipe de licenciamento, liderada pelo Tarcísio,
53 pediu que avaliássemos como poderíamos, além do licenciamento, ter um olhar um
54 pouco mais amplo sobre esses processos de desenvolvimento e de implementação dos
55 projetos estruturantes que o Paraná precisa, notadamente no litoral.

56 E aí colocando a necessidade desses empreendimentos e também a fragilidade e
57 a importância desses ecossistemas, que achamos por bem e aí, logicamente, repito,
58 conversando com alguns Secretários e com o próprio governador, lógico, estabelecer e
59 fazer uma revisão também do COLIT e do seu funcionamento. O entendimento é de que
60 tudo tinha que passar por lá, mas não estava tão explícito assim. E aí os próprios
61 procedimentos de licenciamento ambiental, a primeira pergunta que o Ministério
62 Público fazia era a seguinte: “Passou pelo COLIT?” Então, ficava naquela dúvida. Às
63 vezes passava e às vezes não passava e aí começavam as crises. Então, visando
64 qualificar, não estou dizendo que não era, que não tinha qualidade, mas qualificar mais
65 ainda, trazer uma multidisciplinaridade na análise dos procedimentos, alguns inclusive
66 estão até descentralizados, como Guaratuba tem ali o seu processo de descentralização

67 da gestão já feita. Mas buscando um processo de qualificar mais ainda e dar mais
68 transparência, mais participação nesses procedimentos é que veio a ideia de, primeiro,
69 os processos de licenciamento do litoral, principalmente aqueles que estão previstos
70 algum tipo de supressão de vegetação, são feitos por uma Comissão agora.

71 Um dos problemas que se tem é o pequeno número de funcionários no escritório.
72 Às vezes eram um ou dois que tinham que fazer ou assinar, então começa aí os
73 primeiros questionamentos. Então, o Tarcísio criou uma Comissão Multidisciplinar
74 dentro do IAP que é analisado por uma Comissão. Segundo, de trazer, e aí deixar claro
75 essa obrigatoriedade de trazer para o COLIT, após passar por uma Comissão, como já
76 era feito para os processos que passavam, principalmente aqueles que estavam em área
77 urbana dos municípios, passar por uma avaliação da Secretaria Executiva do COLIT e
78 depois do pleno.

79 Então, não tem na verdade grandes diferenças, mas começar a praticar e deixar
80 claro qual é o papel e como se dá essa análise. Então, é bom que fique bem claro. Não é
81 fazer licenciamento no COLIT. O órgão de licenciamento é o IAP. Mas é fazer uma
82 análise estratégica do licenciamento com base nos instrumentos de planejamento e
83 gestão macro do litoral. Então, por isso a importância de um plano diretor de um
84 município que estabeleça do ponto de vista macro, de um ZEE ou de Plano de
85 Gerenciamento Costeiro. Enfim, esses planejamentos macros. E aí o Paraná vai muito
86 bem porque ele tem um ZEE feito pelo ITCG, está aqui o Amilcar, está concluído
87 tecnicamente depois de muita discussão, ampla participação técnica.

88 E agora o Plano Diretor de Pontal do Paraná também já estava quase pronto, e aí
89 só fazendo um pouquinho de histórico. Então, primeiro é isso, já que é a nossa primeira
90 reunião. E aí, para fazer todas as mudanças em um processo de discussão, o ideal era
91 que tivéssemos mais participação nesse processo, mas não tem assim tanta novidade, é
92 que estamos fazendo essa reunião só agora no final do ano. E até para criar os ritos de
93 como vem do IAP, do COLIT e como nós vamos fazer as reuniões aqui, em que
94 periodicidade, também para as coisas não pararem.

95 Então, esses são os propósitos das alterações feitas. Lógico que isso traz um
96 enorme desafio para nós todos, com as agendas bastante lotadas. E o que nós fizemos
97 foi dar um reforço de pessoal no COLIT e vamos trabalhar no sentido de disponibilizar
98 os Conselheiros com o material mais pronto possível, com fichas. Se uma coisa for
99 simples e o Conselheiro não quiser se aprofundar lá no projeto, ele tem um sumário do

100 que trata o assunto para trazermos para cá, discutir e aprovar ou não ou pedir
101 complementação. Esse é um propósito, e com um olhar estratégico para o litoral, com
102 aquelas premissas de conservar tudo aquilo que temos que conservar e também de
103 viabilizar os projetos ou os empreendimentos que são fundamentais para o
104 desenvolvimento e a própria sustentabilidade econômica do nosso Estado, que é
105 extremamente necessária.

106 Isto posto, como primeiro item de pauta, já temos uma série de processos, só
107 para deixar claro para vocês, vindo do IAP para o COLIT que numa próxima reunião
108 pretendemos apresentar. Isso tudo vai ser disponibilizado com certo tempo para os
109 Conselheiros. E esta primeira reunião nós colocamos como pauta o Plano Diretor. Esse
110 assunto já estava praticamente fechado ano passado. É o histórico que nós temos. Eu
111 pessoalmente não participei, mas resgatamos o conjunto dos profissionais que
112 participou e com o próprio município e, em seguida, teremos uma apresentação aqui.
113 Mas, enfim, o Plano Diretor foi trabalhado durante este ano numa Comissão que nós
114 criamos, chegou a um ponto de poder dar encaminhamento e apresentar ao COLIT. E
115 essa é a pauta de hoje: é a apresentação do Plano Diretor.

116 Essa era uma introdução que eu queria colocar para vocês, dos propósitos das
117 alterações. Em seguida, considerando inclusive que nós ampliamos um pouco a
118 participação do COLIT, principalmente com universidades e algumas ONG's, a gente
119 tem que fazer uma apresentação. Na sequência gostaria de fazer a apresentação dos
120 membros do Conselho desta nova fase e pediria que, à medida que o nosso Secretário
121 Executivo, Alfredo Parodi, para quem não conhece, quem está nos assessorando
122 bastante também são a Dra. Cláudia e a Dra. Ângela. Então, gostaria que o Parodi
123 fizesse uma leitura da composição do Conselho e cada Conselheiro que for nominado
124 ali, levante a mão. Em seguida a gente dá a posse e podemos entrar na pauta do dia. Por
125 favor, Parodi.

126 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (Sema):- Boa tarde, senhoras e
127 senhores e demais autoridades.

128 Vou dar procedimento à leitura da relação dos membros Conselheiros do
129 Conselho do Litoral Paranaense - COLIT. (Lê: “Secretaria de Estado do Meio Ambiente
130 e Recursos Hídricos - Ricardo José Soavinski; Secretaria de Estado de Desenvolvimento
131 Urbano - Sedu, Ratinho Junior; Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação
132 Geral - Sílvio M. Barros; Secretaria de Estado de Esporte e Turismo - Douglas Fabrício;

133 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística José Richa Filho; Secretaria de Estado
134 da Cultura João Luiz Fiani; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
135 Noberto Anacleto Ortigara, tendo como suplente o Sr. Paulo Roberto Christóforo;
136 Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior João Carlos Gomes,
137 tendo como suplente o Marco Aurélio Visintin; Procuradoria Geral do Estado do Paraná
138 Paulo Sérgio Rosso, tendo como suplente a Sra. Ana Cláudia Bento Graf;
139 Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina Luiz Henrique
140 T. Dividino, tendo como suplente o Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto; Instituto
141 Ambiental do Paraná Luiz Tarcisio Mossato Pinto, tendo como suplente a Sra. Ana
142 Cecília Nowacki; Instituto de Terras Cartográficas e Geociências Amilcar Cavalcante
143 Cabral, tendo como suplente a Sra. Danielle Prim; Instituto das Águas do Paraná Amin
144 José Hannouche, tendo como suplente o Sr. Iram de Rezende; Mineropar José Antonio
145 Zem, tendo como suplente o Sr. Marcos Vitor Fabro Dias; Prefeitura Municipal de
146 Antonina, Prefeito João Ubirajara Lopes, tendo como suplente o Sr. Hever Linhares;
147 Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba Lilian Costa Ramos, tendo como suplente o Sr.
148 Mauro de Freitas Rosa; Prefeitura Municipal de Guaratuba Sra. Evani Cordeiro Justus,
149 tendo como suplente o Sr. Natanael Fanini Antonio; Prefeitura Municipal de Matinhos
150 Sr. Eduardo Antonio Dalmora, tendo como suplente o Sr. Michel Ângelo Batisti
151 Lozovoy; Prefeitura Municipal de Morretes Sr. Helder Teófilo dos Santos, tendo como
152 suplente o Sr. Carlos Alberto Gnatta Neto; Prefeitura Municipal de Paranaguá Sr.
153 Edison de Oliveira Kersten, tendo como suplente o Sr. Luiz Affonso Ribeiro da Silva;
154 Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, Sr. Edgar Rossi; Universidade Federal do
155 Estado do Paraná, Campus do Litoral e Centro de Estudos do Mar, Sr. Zaki Akel
156 Sobrinho, tendo como suplente o Sr. Eduardo Vedor de Paula; Universidade Católica do
157 Estado do Paraná, Campus do Litoral, Sr. Waldemiro Gremski, tendo como suplente a
158 Sra. Fabiana de Nadai Andreoli; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea,
159 Sr. Joel Kruger, tendo como suplente o Sr. Cladimor Lino Faé; Conselho de Arquitetura
160 e Urbanismo do Paraná - CAU/Paraná, Sr. Jeferson Dantas Navolar, tendo como
161 suplente a Sra. Mirian Gomes Leite da Silva; Conselho Regional de Biologia do Paraná,
162 Sr. Jorge Augusto Callado Afonso, tendo como suplente o Sr. Vinícius Abilhoa;
163 Associações Comerciais do Litoral, Sr. Vilmar Faria Silva, tendo como suplente o Sr.
164 Mauricio Lense; Associação de Pescadores do Litoral, Sr. Edmir Manoel Ferreira, tendo
165 como suplente o Sr. Admir Costa Freire; Agência de Desenvolvimento do Turismo

166 Sustentável do Litoral do Paraná, Sr. Adalto Mendes Luders; Entidades Ambientalistas
167 do Paraná, temos três integrantes: Entidade Mar Brasil, titular Sr. Juliano Dobis;
168 Entidade Mater Natura Sra. Dailey Lins e suplente Sr. Adriano Wild; Entidade SPVS,
169 titular Sra. Elenise Sipinski; Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Sr.
170 Edson Luiz Campagnolo, tendo como suplente o Sr. João Arthur Mohr; Federação da
171 Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Sra. Ágide Meneguette, tendo como suplente
172 o Sr. José Damião Hess; Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, do
173 Meio Ambiente, Fundepar e Afins do Estado do Paraná - Sindiseab, Sr. Donizetti
174 Aparecido, tendo como suplente o Sr. José Carlos Salgado. Representantes
175 observadores: Ministério Público, que até a presente data não informou os indicados;
176 ICMBIO, que até a presente data também não informou os indicados. (Pausa). Está
177 presente a representante. Então pediríamos que o representante do ICMBio, após a
178 finalização, se identificasse para que possa constar na Ata, por gentileza.
179 IBAMA/Paraná, Sr. Rafael Prado Engelhardt, representante Sr. Linus Ghisi Menezes da
180 Silva”.)

181 Peço para que a representante do ICMBio se identifique, por favor.

182 A Sra. Conselheira Cibele Munhoz da Amato:- Eu sou Cibele Munhoz Amato e
183 estou representando o ICMBio.

184 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (Sema):- Tatiana, peço a verificação
185 do quórum.

186 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- Os
187 citados sintam-se empossados na função de Conselheiros e os novos observadores mais
188 uma vez muito bem-vindos.

189 Seguindo a pauta, temos a verificação de quórum. Pela contagem, pelo
190 regimento interno é a lista de presença, então podemos dispensar aqui que cada um se
191 pronuncie. Isso é o que está no nosso regimento interno e pela contagem a gente tem
192 que ter pelo menos dezoito pessoas e a gente já tem.

193 Como pauta única hoje nesta reunião do Conselho, depois de, não sei
194 exatamente, mas tem mais de ano, fora o que já foi trabalhado antes na questão da
195 elaboração do Plano Diretor de Pontal do Paraná, gostaria de convidar o Secretário Luiz
196 Krezinski, da prefeitura de Pontal do Paraná, para fazer a apresentação. Antes fará uso
197 da palavra o prefeito Edgar. Na verdade a palavra está com vocês, vocês são os autores,
198 e o objetivo hoje da reunião é que o pleno conheça a proposta de Plano Diretor. Na

199 verdade durante esse ano o que foi trabalhado e com base no que foi apresentado ano
200 passado e a primeira Comissão da Secretaria do COLIT pediu alguns reparos, o
201 município fez. Então, a ideia hoje aqui é apresentar a todos os Conselheiros e depois da
202 apresentação, conforme a pauta, vamos fazer uma apresentação da análise da Secretaria
203 Executiva, da Comissão Técnica que foi criada para esse fim e depois tirar as dúvidas e
204 o encaminhamento necessários dos Conselheiros.

205 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Primeiramente
206 boa a tarde a todos. Gostaria de, desde já, como prefeito, de pedir aos Conselheiros que
207 pudessem votar favoráveis. Vocês sabem que hoje o município sem plano diretor não
208 consegue recursos nem do Governo do Estado e nem do Governo Federal. Nós estamos
209 numa situação muito delicada. O município está em um momento crescente com as
210 empresas, com a Techint. Temos muitas invasões de terra, a população está chegando ao
211 município e nós estamos com as mãos atadas mediante essa situação. Hoje não
212 conseguimos, muitas vezes, uma liberação para limpar uma área para fazer uma creche.
213 Então, gostaria de realmente que vocês pudessem apreciar o nosso Plano Diretor.

214 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Sr. Presidente,
215 senhores Conselheiros, autoridades presentes, senhoras e senhoras, população de Pontal,
216 obrigado pela presença de todos, boa tarde.

217 Meu nome é Luiz, estou Secretaria de Habitação em Assuntos Fundiários no
218 município de Pontal do Paraná, sou servidor de carreira desde que surgiu o município e
219 desde 1998 trabalho direto ou indiretamente nas etapas de elaboração e revisão do Plano
220 Diretor.

221 Vou apresentar o plano aos senhores. O nosso plano é de 2014, nós fizemos as
222 revisões, as audiências públicas. Então, foi apreciado pela Comissão Técnica do
223 Conselho do Litoral em 2015, então o plano é de 2014 e nós estamos aqui apresentando
224 em 2015.

225 Senhores, Pontal do Paraná está na bacia litorânea do litoral do Paraná, e
226 estamos todos nós, os sete municípios do litoral, por influência de um decreto estadual,
227 na área especial de interesse turístico do Estado do Paraná. A área ali com contorno em
228 vermelho é Pontal do Paraná. Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Guaratuba, Matinhos,
229 Pontal e Paranaguá.

230 Pontal do Paraná tem este formato, e esse slide é só para mostrar distintamente
231 três áreas que nós temos no nosso território. A parte cinza é a área urbana, a parte verde

232 é a área rural e esta mancha amarela - nós temos um decreto municipal reconhecendo
233 uma área de ocupação indígena. Ela ainda está para ser reconhecida pela FUNAI.

234 Nós vamos fazer uma leitura do nosso município, através de algumas imagens,
235 para entendermos o que é Pontal do Paraná e o trabalho que foi feito na elaboração do
236 Plano Diretor. Então, nós temos aqui Matinhos, lá em cima, a Serra do Mar, e aqui uma
237 parcela de Pontal do Paraná. Nós temos aqui o loteamento do Ipanema, uma rua
238 pavimentada à beira mar. Vocês podem ver como fica a formação de uma rua que é
239 pavimentada e o restante da rua que não é pavimentada.

240 Nós temos um rio que corta o loteamento, por cima dos lotes. Este loteamento
241 foi aprovado antes do Código Florestal, então desconsiderou a existência do rio e o rio
242 está lá. Nós temos um vazio urbano aqui, que é o lugar denominado Moitinha. Este
243 vazio urbano divide a cidade em dois. Então, são os do lado de lá e os do lado de cá.

244 Pontal do Paraná emancipou-se de Paranaguá exatamente por ter um vazio
245 urbano. Era o centro de Paranaguá lá no centro e as praias de Paranaguá. Este
246 distanciamento dessas duas áreas urbanas distanciadas levou à emancipação de Pontal
247 do Paraná. Não quero dizer que Ipanema vai se emancipar.

248 Aqui outra imagem do município para fazermos uma leitura. Aqui é a PR-407
249 que vem de Paranaguá e chega próximo à praia, o trevo de Praia de Leste e a rodovia
250 que vai para Pontal do Sul. Nesta região nós temos o loteamento Monções e aqui a
251 Chácara São Pedro, que é um loteamento clandestino. Nós temos muitos problemas com
252 loteamentos clandestinos. Nós temos a sede da prefeitura, mais ou menos onde está esse
253 ponto aqui e, colado com a sede da prefeitura, um loteamento clandestino.

254 Senhores, esta imagem mostra de uma altura um pouco maior, então podemos
255 observar o aterro sanitário, que é o Consórcio Intermunicipal entre Matinhos e Pontal do
256 Paraná, a rodovia que vem de Paranaguá, um rio, outro rio, aquele vazio urbano que
257 divide a cidade.

258 Aqui outra imagem mostrando que os loteamentos surgem da beira mar e
259 avançam para dentro do continente, alguns com maior profundidade e outros com
260 menos profundidade. Loteamentos isolados que dificultam o bem-estar da vida das
261 pessoas. Esse loteamento é o Loteamento Carmeri. Como ele é isolado, não se tem se
262 quer uma panificadora aqui, dificulta a vida das pessoas que têm que sair das suas casas
263 e irem para as regiões mais próximas para conseguirem comprar um pão.

264 Aqui outra imagem mostrando o Loteamento de Shangri-lá, um vazio urbano de
265 novo aqui, e a foz de diversos rios que desembocam na baía de Paranaguá.

266 Aqui uma última imagem mostrando de Praia de Leste em direção a Pontal do
267 Sul, a entrada da baía de Paranaguá e ali a Ilha do Mel.

268 Aqui, senhores, nós temos um canal artificial feito pelo Governo do Estado em
269 1950 que é o canal DNOS. Canal de drenagem, obra importante e cara feita pelo
270 Governo do Estado em 1950, que não é tão explorada quanto o custo dela. Como ela faz
271 a drenagem e é uma área pouco ocupada, faz a drenagem de uma área pouco ocupada.

272 Senhores, todos nós estamos aqui por causa desta legislação. Em 1977, o
273 Governo Federal, a União elaborou a lei criando áreas especiais de interesse turístico.
274 Em 1980, o Estado do Paraná fez a sua lei criando áreas especiais de interesse turístico.
275 Em 1984, o Decreto 2722, criou o uso e ocupação do solo do litoral do Paraná. Em 1984
276 também foi criado o Conselho do Litoral, onde os senhores são Conselheiros, e ali, a
277 partir de 1988, então temos leis que foram criadas na época da ditadura militar, o
278 período de democracia e a nova constituição.

279 Então, a Constituição Federal de 88, a Constituição Estadual de 89, um decreto
280 estadual criando o macrozoneamento no litoral do Paraná, uma lei em 98 incluindo
281 Pontal do Paraná naquela lei estadual de áreas especiais de interesse turístico, e o
282 Estatuto das Cidades que dá bastantes diretrizes para a elaboração do Plano Diretor.

283 Senhores, aquela primeira lei federal em que cria áreas especiais de interesse
284 turístico, tem no seu artigo 12 as categorias das áreas especiais de interesse turístico, a
285 prioritária e a de reserva. Rio de Janeiro, Cristo Redentor, o Bondinho, o Pão de Açúcar,
286 o Corcovado, elementos criados pelo homem e elementos naturais que indicam a
287 necessidade de se implantar prioritariamente o turismo.

288 Litoral do Paraná, em 1980, quando surgiu a lei estadual: sem estrutura, sem
289 linha de transporte coletivo, sem ruas pavimentadas, enfim, a falta da infraestrutura nos
290 colocou não na primeira categoria, mas sim na segunda categoria: área de reserva. E nós
291 estamos desde 1984 reservados.

292 Então, o que aconteceu nesses últimos anos? O litoral se desenvolveu? A
293 rodovia de acesso ao litoral hoje é pedagiada? Tem segurança? Tem condições de uso?
294 Tem. O litoral do Paraná hoje tem ruas pavimentadas? Tem. Tem transporte coletivo
295 municipal local? Tem. Tem rede de água, rede de abastecimento, de energia elétrica,
296 tem esgoto? Tem, não 100% mas está se implantando o esgoto.

297 Então, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Conselho, nós estamos numa condição
298 onde existem duas categorias: a prioritária e a de reserva. Estamos aqui para aprovar o
299 Plano Diretor, como todos os municípios estão sujeitos a aprovação do Plano Diretor,
300 mas é um momento que poderíamos fazer uma reflexão e vermos a possibilidade de
301 mudarmos a categoria. Deixarmos de ser área de reserva e passar para a categoria de
302 área prioritária para a implantação do turismo.

303 Aqui na lei estadual, a de 1998, explica no seu artigo 3º, Parágrafo 1º: “Art. 3º, §
304 1º. Os Municípios litorâneos deverão realizar Planos Diretores que contemplem, em
305 seus aspectos físico-territoriais, as exigências das normas urbanísticas admitidas em
306 comum acordo, entre o Estado e os Municípios.”

307 Não existe um decreto regulamentador dizendo como é esse ‘comum acordo’ e
308 como chegar a esse comum acordo. Então, na Comissão, que foi criada, nós
309 desenvolvemos um sistema de trabalho, criamos etapas e estamos vencendo etapas para
310 se obter o que determina a lei, o comum acordo na elaboração e aprovação dos Planos
311 Diretores.

312 Então, o município elaborou o seu Plano Diretor, realizou as audiências
313 públicas, o Plano Diretor foi aprovado nas audiências públicas, houve um
314 encaminhamento para a Câmara de Vereadores e foi aprovado na Câmara de Vereadores
315 e o Conselho do Litoral criou uma Câmara Técnica, uma Comissão Técnica para a
316 análise do Plano Diretor. Então, essas etapas foram executadas.

317 Depois que eu fizer a apresentação do plano aqui, a Comissão irá fazer a
318 relatoria da Comissão.

319 Senhores, vão ficar faltando ainda três etapas: a aprovação no Conselho Pleno
320 que, com certeza, os senhores vão aprovar hoje; aprovação das revisões recomendadas
321 pela Comissão Técnica, serão aprovadas na Câmara Municipal; e então será expedido o
322 Decreto Estadual aprovando o Plano Diretor de Pontal do Paraná. Nós realizamos
323 oficinas, audiências públicas e o trabalho da Comissão Técnica. Começamos nossos
324 trabalhos em 2013. Em 2013 começamos as oficinas nos balneários, muitas vezes nas
325 escolas, reunindo a comunidade e ouvindo da comunidade as necessidades e as vontades
326 para o Plano Diretor.

327 Depois se criou, pelo Conselho do Litoral, a Comissão Técnica para a análise
328 dos Planos Diretores de Matinhos, Guaratuba e Pontal, fizemos a apresentação nesta

329 Comissão Técnica e o resultado é que, daquela Comissão de 2014, foram encaminhados
330 para a apreciação dos senhores Conselheiros a aprovação dos planos de Matinhos e
331 Guaratuba. Aqui a data da aprovação do plano de Matinhos e Guaratuba e depois as
332 audiências públicas que realizamos de acordo com o Estatuto das Cidades. E, por
333 último, esta Comissão Técnica que há duas semanas concluiu os seus trabalhos e vai
334 apresentar a sua relatoria.

335 Eu vou adiantar um pouquinho aqui, porque vi que ficou bastante extenso. O
336 Plano Diretor de Pontal, senhores, já executamos cinco, não é o primeiro. Fizemos um
337 em 2000, foi encaminhado à Câmara, não foi votado; outro em 2001, bem na época da
338 aprovação do Estatuto das Cidades, acabou ficando obsoleto em relação ao Estatuto das
339 Cidades; outro em 2004, que foi reprovado na Câmara, e, em 2007, aprovado Câmara.
340 Quando era aprovado na Câmara não era aprovado no COLIT e vice-versa. E o de 2014,
341 que será aprovado hoje.

342 Aqui, só para mostrar alguns detalhes dessa evolução do Plano Diretor. Em 2000
343 nós propúnhamos uma área industrial na entrada da cidade, uma área portuária no final
344 da cidade, e a cidade balneária propriamente dita. Esta mancha cinza é a área de
345 expansão urbana. Em 2004, a área industrial foi colocada no meio dos loteamentos aqui,
346 ficou estranho. Em 2007 retornou a área industrial na entrada do município, a área
347 portuária no final do município e a parte balneária. E este, então, é de 2015, agora já
348 revisado. O que os senhores estão vendo aqui é o Plano Diretor de 2014 revisado pela
349 Comissão Técnica em 2015, mas vou falar um pouquinho mais para frente.

350 O que nos levou a revisar o nosso Plano Diretor, senhores, é uma diretriz do
351 próprio Governo do Estado do Paraná. Existe a possibilidade de se implantar um porto
352 no nosso município e isso foi matéria veiculada em jornal de circulação estadual. As
353 diretrizes básicas apresentadas, a imagem aqui, desculpem, não mostra, perdeu a cor,
354 aqui é a área do porto, a parte da cidade e uma unidade de conservação estadual.

355 Aquela proposta apresentada em um jornal de circulação estadual, é melhor
356 detalhada aqui pelo instrumento técnico elaborado pelo Governo do Estado chamado de
357 ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico. O que se previu aqui, para o Zoneamento
358 Ecológico Econômico para a região do litoral do Paraná, são essas áreas em cor de rosa,
359 que são as áreas ocupadas: Pontal do Paraná, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba; a parte
360 marrom, são as áreas a serem ocupadas; esta mancha azul aqui é a área de manancial; e

361 essas parcelas verdes, essa verde-clara e essa verde-escura, são as áreas de preservação
362 e conservação ambiental.

363 Então, a verde-clara é protegida por legislação específica onde existe restinga,
364 manguezal, APA's, APA de Guaratuba, parques e estações ecológicas. E aquela parcela
365 verde-escura, senhores, são áreas de expansão para unidades de conservação de
366 proteção integral. Então, o que nós temos nesse estudo, nesta proposta? Áreas a serem
367 ocupadas e áreas a serem preservadas.

368 Aqui o nosso macrozoneamento. Então, é o resultado do trabalho do ZEE. O
369 ZEE foi colocado em votação nas audiências públicas, foi aprovado no território de
370 Pontal do Paraná, nas audiências públicas, e esse é o produto final, o produto técnico, é
371 o nosso macrozoneamento que contempla o ZEE.

372 Então, nós temos ali a área do manancial, a área protegida por legislação
373 específica, as unidades de conservação de proteção integral e o perímetro urbano que
374 está circundado por uma linha vermelho.

375 Essa mancha marrom ou alaranjada, são as unidades de reconhecimento da
376 aldeia indígena, aquela mancha violeta são os sambaquis. E para desenvolvermos os
377 trabalhos de estudo do nosso Plano Diretor, tínhamos que ter alguma referência. Somos
378 um município litorâneo com possibilidade de ter porto, porque tem um calado natural lá.

379 Então, não fomos fazer pesquisas em Rotterdam, Shangai. Fizemos um básico,
380 um estudo das regiões próximas a nós em razão de clima, de vegetação, condições
381 melhor de se entender de regiões próximas a nós o que acontece com essas regiões.
382 Então, Paranaguá e Santos são dois municípios que primeiro surgiu o porto e depois
383 surgiram os municípios, porque as caravelas vinham de Portugal e precisam atracar.
384 Então, a primeira necessidade era o porto, depois surgiu a cidade. Diferente de Itapoá e
385 Pontal do Paraná, onde primeiro surgiu a cidade e depois veio a ideia de se ter porto
386 nessas cidades.

387 Então, Paranaguá tem lá a sua área do porto, a retroárea do porto e os acessos
388 rodoviários para o Porto de Paranaguá é a Rodovia 277, que tinha uma entrada aqui, e a
389 cidade cresceu ao redor da rodovia. Fizeram uma nova estrada e a cidade cresceu ao
390 redor da rodovia. Não ficou apropriado. Santos é a mesma coisa. Isso porque essas
391 cidades primeiras surgiram o porto e depois surgiu a cidade. Aqui está o porto de
392 Santos, está na foz de um rio, não é em baía é a foz de um rio, a cidade está

393 enclausurada, não tem mais para onde crescer. Essas linhas amarelas são as rodovias.
394 Quer dizer, elas entram na cidade.

395 Aí nós temos o exemplo de Itapoá. Existe aqui a cidade de balneário, a chegada
396 a esta cidade de balneário e o porto. O acesso do porto não é pela cidade, vem de fora.
397 Então aqui que é o acesso ao porto, preservando a cidade balneária, não misturando a
398 cidade portuária com cidade balneária, e é o que nós queremos para Pontal. Nós
399 queremos uma cidade portuária mas também balneária. E isso vai acontecer com a
400 proposta do município, através do seu Plano Diretor e as diretrizes do Estado do Paraná.
401 Na verdade todas elas estão encaminhando simultaneamente em paralelo. Já se fala
402 muito tempo do porto, já se fala muito tempo de uma nova estrada de acesso de Praia de
403 Leste a Pontal do Sul, similar àquela situação de Itapoá. Aquela estrada externa que não
404 se comunica com a cidade existente.

405 Então, uma estrada aqui dá acesso ao porto e preserva a cidade balneária. Essa é
406 a proposta de Pontal do Paraná em relação a estrada, em relação a mobilidade urbana,
407 em relação ao Plano Diretor.

408 E vou entrar no detalhamento do zoneamento da área urbana. Nós temos as ZR's
409 que são as zonas residenciais. Sempre é bom lembrar que todas essas zonas, senhores,
410 são de predominância. Se uma zona é residencial, não quer dizer que não vai ter um
411 comércio lá, a predominância é residencial, mas vão ter comércios lá. e assim para todas
412 as zonas.

413 O setor de comércio e serviços é basicamente as rodovias PR-407 e 412, porque
414 nós não temos um centro de cidade, então, o comércio se instala às margens das
415 rodovias. A zona industrial e de serviços, a zona especial portuária, as ZEIS que são
416 zonas especiais de interesse social onde classificamos todos os loteamentos irregulares,
417 clandestinos do município, visando a regularização desses loteamentos. A zona especial
418 do aterro sanitário, é lá que está o aterro sanitário do Consórcio Intermunicipal de
419 Pontal e de Matinhos, a zona especial do turismo porque estamos em uma área de
420 interesse turístico e ZOE que é a zona de ocupação especial. São áreas ainda não
421 ocupadas no município que para ocupar o município quer que nessas áreas sejam
422 implantados parques.

423 Então, aqui o zoneamento urbano. O que está naquele slide anterior, mostrando
424 todas aquelas zonas, eu vou mostrar aqui visualmente no mapa onde ficam essas zonas.

425 Então, aqui a zona industrial, na entrada do município para usar o entroncamento
426 rodoviário que existe do município. A zona portuária e de serviços para atender o porto,
427 o porto e a sua retroárea. Esta linha tracejada é a proposta da nova rodovia que será
428 construída para dar acesso ao porto, preservando a cidade balneária. Nesta nova rodovia
429 irão acontecer quatro intersecções, uma no Primavera, uma em Ipanema, uma em
430 Shangri-lá e uma no Atami. Serão as entradas e saídas da parte balneária para a nova
431 rodovia, ainda permanecendo o acesso da rodovia antiga e dando acesso a saída e
432 entrada do município.

433 Nós temos aqui o aterro sanitário, aquela área especial do aterro sanitário, e nós
434 temos ao longo da orla as zonas residenciais. Nós fizemos um escalonamento na zona
435 residencial. Nas primeiras quadras só é permitido dois pavimentos, na segunda quadra
436 três pavimentos, quatro pavimentos, seis pavimentos, oito e dez pavimentos. Nós vamos
437 formar assim um cone onde não acontecerá sombra na área da praia, diferente de
438 Balneário Camboriú onde os prédios à beira mar causam sombra na areia da praia. A
439 nossa ideia é preservar a praia, então não permitir o sombreamento da praia

440 A situação em colocar a quantidade maior de pavimentos distante da beira mar,
441 tem outro fator importante. Neste traçado da nova rodovia, tem um layout, uma largura
442 de cento e setenta e cinco metros, esta nova rodovia proposta apresentada terá um canal
443 de drenagem, uma linha de alta tensão, a rodovia propriamente dita, gasoduto e ferrovia.
444 Então, com a existência desse canal de drenagem, nós colocamos as áreas em vermelho
445 aqui, que são as que têm maior potencial construtivo, permitindo dez pavimentos, onde
446 se tem muito adensamento, muita ocupação, existe muita impermeabilização do solo.
447 Este solo impermeabilizado causam aquelas alagamentos que estamos vendo em São
448 Paulo e no Rio de Janeiro, onde cobre a altura de um ônibus. Então, onde acontecer a
449 verticalização da cidade terá o canal de drenagem.

450 Aqui um zoom para mostrar alguns detalhes diferentes. Essas manchas marrons
451 são loteamentos clandestinos já existentes. Todos foram chamadas de ZEIS - Zona
452 Especial de Interesse Social para fins de regularização fundiária, todos os loteamentos
453 clandestinos. Aqui um detalhe importante. Aqui é a rodovia PR-412, que vai para
454 Matinhos, e essa rodovia vai até Pontal do Sul. A PR-412 começa em Garuva e vai até
455 Pontal do Sul. E a partir desse ponto começa a 407 que vai para Paranaguá. Nós vamos
456 ter na cidade a rodovia antiga e a nova e estamos propondo, porque nós temos uma

457 única linha de transporte coletivo, ao longo da rodovia. Estamos propondo uma segunda
458 via, aqui onde vocês acompanham, a construção de uma nova pista que a cada
459 loteamento existente a gente já aproveita a rua do loteamento existente, e onde não tem
460 loteamento ainda cada loteador deverá reservar aquela área para a implantação de uma
461 nova avenida. A ideia é ter uma nova linha de transporte coletivo, porque é muito
462 desgastante para a pessoa que mora na última quadra do último loteamento, caminhar
463 quinze ou vinte quadras até a linha do transporte coletivo. Então, com uma nova avenida
464 para o transporte coletivo, as pessoas têm que vencer uma menor distância até conseguir
465 chegar apresenta transporte coletivo.

466 Aqui é a área industrial, ela avança um pouco aqui, aquelas áreas residenciais
467 com aquele escalonamento de dois pavimentos até dez pavimentos na parte mais
468 distante e as ZOE's. Nós temos no Moitinha uma ZOE, que vai da divisa do Guarapari
469 ao Ipanema IV. Então, essa área ainda não é ocupada, para que ela possa ser ocupada
470 25% dessa área terá que ser destinada a um parque.

471 Pelo texto da lei nós estamos vendo imagens aqui, não vamos ler o texto de lei,
472 mas pelo texto da lei a ideia é que esse parque absorva os elementos naturais relevantes
473 como dunas, lagoas, elementos a serem preservados. Então, esses elementos a serem
474 preservados é que ficarão contidos na área dos parques.

475 Aqui outro zoom, pegando a parte mais final de Pontal do Sul. Então, aquelas
476 situações de loteamentos clandestinos, o Guapê, o Vila Nova, o Itatiaia, são áreas a
477 serem regularizadas. E as ZOE's, nós temos uma aqui no Carmeri, que também terá que
478 ter um parque, e aqui a ZOE dos Barrancos, que vai do Guapê até Barrancos e avança
479 até o Atami. Então, essa área, para ser ocupada, o empreendedor deverá deixar 25%
480 dessa área para parque, para que possa liberar o projeto de loteamento dele.

481 Nessa proposta de ZOE, agora para finalizar, esta é a proposta de zoneamento de
482 2014. É essa proposta que nós aprovamos em audiência pública e na Câmara de
483 Vereadores. Ela é diferente da outra que nós temos ali por um fator. Nós temos uma
484 diretriz de implantação de uma rodovia, mas não sabíamos exatamente por onde ela ia
485 passar.

486 Então, o traçado que foi desenhado aqui, entrou no loteamento de Pontal do Sul,
487 mas o DER nos forneceu a imagem e daí observamos que o traçado desta rodovia desvia
488 o loteamento de Pontal do Sul e faz surgiu, então, aqui um triângulo que nós ainda não

489 tínhamos definido o zoneamento para ele. Então, depois com a apresentação do traçado
490 mais preciso do DER então é que nós definimos agora. Nesta Comissão Técnica, isso
491 não foi aprovado em audiência pública, foi aprovado pela Comissão Técnica, a
492 definição de um zoneamento para aquela parcela que não havia sido proposta em
493 audiência pública. E daí optamos por dar um zoneamento do mais restritivo para aquela
494 área, então lá também será uma ZOE. A mesma ZOE do Moitinha e do Barrancos.
495 Então, essa área para ser utilizada terá que ter um parque com 25% da sua área.

496 Senhores, o Plano Diretor de Pontal, como mostrei ali para vocês, fizemos cinco
497 edições. Acompanhei direta e indiretamente todas essas cinco edições, passamos por
498 situações muito desagradáveis. Aqui na Comissão Técnica do Conselho do Litoral eu
499 passei vergonha na Comissão anterior quando foi analisado o Plano Diretor de Matinhos
500 e de Guaratuba, a Comissão Técnica perguntou: “Vocês têm audiência pública
501 realizada?” E eu passei vergonha, eu tive que dizer: “Pontal do Paraná não fez audiência
502 pública!”, porque o prefeito da época se negou a fazer audiência pública.

503 Então, o nosso Plano Diretor de 2007, foi aprovado na Câmara de Vereadores e
504 em análise no Conselho do Litoral e sem audiência pública. Então, nós ficamos para
505 trás, naquele momento da aprovação dos Planos Diretores que estávamos na mesma
506 reunião para aprovar os três planos diretores: Matinhos, Guaratuba e Pontal. Só foram
507 aprovados o de Matinhos e o de Guaratuba, nós ficamos para trás. E aí corremos atrás
508 de fazer o nosso dever de casa. Fizemos, realizamos as audiências públicas, não como
509 foi da vez anterior, então com mais responsabilidade e digo aos senhores com certeza,
510 com mais humildade. Assim realizamos o nosso Plano Diretor, apresentamos aos
511 senhores e contamos com a aprovação do nosso plano.

512 É isso. Obrigado. (Palmas).

513 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
514 Obrigado, Luiz. Eu só gostaria de registrar os agradecimentos à FIEP por estar nos
515 liberando este espaço. Desculpe-me não ter feito inicialmente, mas muito obrigado.
516 Sempre que a gente precisa e são bons espaços para as nossas reuniões, usamos para os
517 vários Conselhos que temos. Muito obrigado.

518 Vou pedir ao Secretário Executivo do COLIT fazer a leitura, a explanação e um
519 resumo do parecer e depois vamos abrir à discussão para tirarmos as dúvidas,
520 aproveitando a presença da equipe que elaborou, liderado pelo Secretário Luiz, o Plano

521 Diretor e também a equipe que analisou e contribuiu nos encaminhamentos. Parodi, por
522 favor.

523 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (Sema):- Presidente, senhoras e
524 senhores. Gostaria de informar que contamos com a presença de 27 (vinte e sete)
525 membros do COLIT nesta reunião.

526 Em agosto deste ano foi formado um grupo de trabalho que se reuniu durante
527 três meses e ao longo desses três meses nós tivemos quatorze reuniões das 9às 12h e das
528 14h sem hora para terminar, com técnicos da prefeitura de Pontal, do Paraná Cidade, da
529 Secretaria do Estado de Planejamento e coordenação geral, do Instituto de Terras e
530 Cartografia, do DER e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

531 Trabalhamos com afinco, com o objetivo de atingir o mais alto nível técnico,
532 aliando o desenvolvimento social e a sustentabilidade do bem. Portanto, gostaria de
533 rapidamente fazer um agradecimento à Danielle Prim - ITCG, Carlos Storer e Fernando
534 Caetano - SEDU, Fabrício Miyagina - SEPL, Claudia Teixeira e Arquiteto Luiz Portes,
535 arquiteta Tatiana Nasser da Secretaria Estadual Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
536 Luiz Krezinski e Vinicius Carli da prefeitura de Pontal, o meu muito obrigado.

537 Vou iniciar a leitura do Resumo do Parecer, o parecer está disponível, foi
538 disponibilizado a todos os Conselheiros com antecedência, porém para que não se
539 tornasse um tanto quanto enfadonho, com autorização do Secretário Soavinski, nós
540 elaboramos um resumo.

541 (Lê: “Parecer do Resumo de análise da Comissão Técnica para aprovação do
542 Plano Diretor de Pontal do Paraná pelo Conselho Pleno do COLIT. 1. Relatório. A
543 Comissão Técnica 2015, composta pelo Secretário Executivo do COLIT, Alfredo
544 Parodi; Luis Portes da Secretaria Executiva do COLIT; o Diretor Geral da SEMA,
545 Paulino Heitor Mexia; a assessora do gabinete do Secretário Claudia Teixeira; Danielle
546 Prim, bióloga, responsável pela coordenação do ZEE Paraná do ITCG; Carlos da Silva
547 do IAP; Florival Curcio Jr. Também do IAP; Carlos Storer do Paraná Cidade; Fernando
548 Caetano da Paraná Cidade; Fabrício Miyagina da Secretaria do Estado do Planejamento
549 e Coordenação Geral; Vinícius Carli da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná; Luiz
550 Krezinski, Secretário de Habitação em Assuntos Fundiários do Município de Pontal,
551 responsável pelo Plano Diretor de Pontal e Rosilene Vieira Martins da Câmara
552 Municipal de Pontal; utilizou a matriz de nove itens, abaixo especificados, para fazer

553 análise e relatoria do Plano Diretor de Pontal do Paraná quanto a sua compatibilidade
554 com a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 e aplicabilidade e compatibilidade das
555 Leis Complementares aprovadas em sua Câmara Municipal.

556 2. Fundamentação

557 2.1 Dos Trabalhos da Comissão constituída pela Resolução COLIT nº 3/20015.

558 Do relatório conclusivo apresentado pela Comissão anterior (Res. Nº 3/COLIT),
559 consta que foram analisados cópias das Leis Complementares nº 8 de 28 de outubro de
560 2014, que dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de
561 Pontal do Paraná; Lei Complementar nº 9º de 28 de outubro de 2014, que dispõe sobre o
562 Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município; Lei Complementar nº 10, de 28 de
563 outubro de 2014, que institui a Lei de Parcelamento do Solo Urbano e a Lei
564 Complementar nº 11, de 28 de outubro de 2014, que institui a Lei de Perímetro Urbano
565 do Município e seus respectivos anexos.

566 Na ocasião, a Comissão de 2014 constatou que o Município de Pontal do Paraná
567 apresentou parcialmente a documentação do Plano Diretor, que é composto basicamente
568 de 7 (sete) leis, concluindo pela decisão de suspender os trabalhos até que os
569 apontamentos contidos no relatório de análise fossem contemplados pelos técnicos da
570 Prefeitura nos documentos integrantes do Plano Diretor de Pontal do Paraná, propondo
571 ao Município os seguintes encaminhamentos:

572 1. Revisar os documentos integrantes do PDM, a partir dos apontamentos
573 contidos neste Relatório conclusivo;

574 2. Apresentar à Comissão projeto do plano diretor com a inclusão das alterações
575 já elencadas no relatório como necessárias, para que após nova avaliação, a Comissão
576 possa emitir parecer conclusivo sobre sua viabilidade;

577 3. Uma vez consensuadas as alterações necessárias no PDM, conforme dispõe
578 legislação em vigor, novas propostas de lei referentes ao Plano Diretor Municipal
579 devem ser encaminhadas à Câmara dos Vereadores para cumprimento do trâmite
580 procedimental previsto pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001;

581 4. Deve-se esclarecer que possíveis alterações a serem efetuadas pela Câmara
582 Municipal de Vereadores ao projeto de lei não podem alterar dispositivos de leis
583 estaduais e federais, sob pena da não homologação pelo COLIT;

584 5. Superada esta etapa, a presente Comissão Técnica emitirá parecer
585 recomendando a sua homologação pelo Conselho Pleno do COLIT, do PDM, com o
586 encaminhamento da referida recomendação para apreciação da Assessoria Jurídica da
587 Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

588 2.3. Dos Trabalhos da Comissão Técnica instituído pela Resolução
589 n°001/2015/COLIT.

590 Conforme acordado pela Comissão anterior, esta Comissão analisou a
591 contemplação dos nove itens da política urbana apresentada pelo Município, em
592 concomitância ao cumprimento das recomendações da Comissão de adequar o conjunto
593 de leis complementares Municipais que compõem a minuta do Decreto Estadual do
594 Plano Diretor de Pontal que estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o
595 Município de Pontal do Paraná, na forma que passamos a apresentar:

596 Primeiro. Quanto aos Instrumentos e Metodologia de Participação Popular do
597 Plano Diretor de Pontal do Paraná.

598 Em linhas gerais a elaboração do Plano Diretor de Pontal do Paraná seguiu o
599 seguinte trâmite: a) Diagnóstico Municipal elaborado; b) proposta de elaboração do
600 PDM junto a Comissão Técnica Municipal e Comissão Popular; c) Aprovação de nova
601 delimitação do Perímetro Urbano, em conformidade com o Zoneamento Ecológico
602 Econômico do Litoral; d) realização de oficinas técnicas com a comunidade local para
603 discussão do PDM; e) Criação do Conselho da Cidade como forma de garantia a gestão
604 Democrática do PDM; f) realização de audiências públicas de acordo com normas
605 previstas no Estatuto da Cidade; g) cumprimento da Resolução do Ministério das
606 Cidades, entre outras iniciativas com vistas a garantir a participação popular do Plano
607 Diretor do Município.

608 Segundo. Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e a Interface com as
609 áreas de preservação permanente ou de proteção ambiental.

610 No Capítulo da Organização Físico Territorial, na Seção das áreas protegidas da
611 Lei Complementar nº 8 do Município, estão previstas a criação e implantação de
612 Parques Municipais, definindo as Áreas de Preservação Permanente e a criação de
613 Unidades de Conservação. O Capítulo VII da minuta do Decreto traz um Capítulo
614 inteiro dedicado ao Meio Ambiente, com objetivos, diretrizes para os limites ecológicos
615 e proteção das Áreas de Mananciais; implantação através da conservação ambiental e do

616 monitoramento das Áreas de Preservação Permanente a regularização fundiária e/ou
617 relocação de ocupações irregulares em áreas de risco, garantindo a recuperação
618 ambiental local, de modo a permitir a retomada dos corredores de biodiversidade com
619 suas características naturais, de acordo com a legislação ambiental estadual e federal.

620 Terceiro. Quanto às Zonas Rurais e à Proteção Ambiental.

621 A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município respeitou as diretrizes do
622 Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Litoral que definiu e delimitou as áreas de
623 Unidades de Conservação de Proteção Integral, Área de Proteção de Manancial, Áreas
624 Protegidas por Legislação Específica na Área Rural, e Área Urbana, todas mapeadas,
625 não deixando margem para uso e ocupação irregulares nessas áreas.

626 Quarto. Quanto à Política Habitacional e Regularização Fundiária. Na Lei de
627 Uso e Ocupação do Solo do Município, foram definidas a regularização fundiária e a
628 criação de novas áreas para a implantação de programas habitacionais, de forma
629 satisfatória.

630 Quinto. Quanto a Reabilitação de Áreas Centrais e Sítios Históricos

631 Com a finalidade de ampliação da proteção ao Bem Tombado, o Município
632 declarou em seu Plano Diretor, que o Entorno do Sítio Arqueológico, formado pelos
633 Sambaquis A e B, localizados nas coordenadas UTM 754234 e 7165768, localizado às
634 margens do Rio Guaraguaçu, no Município de Pontal do Paraná, área definida pelo
635 círculo de raio de 500 (quinhentos) metros a contar do centro do Sambaqui A.

636 Sexto. Quanto aos Sistemas Viários, de Transporte e de Mobilidade Urbana.

637 Na Lei de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário, foram propostas vias
638 paralelas a atual PR-412 para melhorar o fluxo de veículos na região e para possibilitar
639 a implantação de linhas de transporte coletivo e ciclovias. Também foi incluída na
640 referida Lei duas vias arteriais de acordo com mapas anexos. Nesse quesito o Município
641 demonstrou planejamento e coerência aos programas de Governo do Estado.

642 Sétimo. Quanto ao Saneamento Ambiental

643 O PDM estabelece as diretrizes da política de saneamento básico. Nele consta a
644 existência do projeto básico de controle de cheias e controle de erosão marinha. No que
645 se refere ao abastecimento de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto no
646 Município são realizados mediante concessão com a Sanepar. A coleta e tratamento de
647 resíduos sólidos, atualmente, são realizados através de concessão. O Plano de

648 Gerenciamento de Resíduos está em elaboração e envolve 3 (três) eixos que foram
649 apresentados pelo Secretário do Município ao Conselho.

650 Oitavo. Quanto aos empreendimentos causadores de impacto ambiental e de
651 vizinhança.

652 Na Lei de Zoneamento, Uso, e Ocupação do Solo Municipal, dentre os seus
653 objetivos, esta a exigência de Estudos de Impactos de Vizinhança e Estudos de Impacto
654 Ambiental de atividades ou empresas que pretendem se instalar no Município. Os
655 estudos realizados não substituem um ao outro, sendo o EIA-RIMA exigido conforme
656 legislação ambiental específica.

657 Nono. Quanto aos instrumentos Tributários e de Indução de Desenvolvimento
658 Econômico e Regional.

659 O Município, dentro do seu arcabouço normativo que compõe o Plano Diretor
660 disciplina a utilização de instrumentos urbanísticos e tributários de intervenção no solo
661 para o cumprimento da função social da propriedade; normas de uso e ocupação do
662 solo; áreas especiais; imposto progressivo sobre a propriedade territorial urbana, de
663 acordo com o artigo 156, § 1º, e artigo 145, § 1º da CF/1988; parcelamento, edificação
664 ou utilização compulsório; seguido do imposto progressivo no tempo; desapropriação
665 com pagamento mediante título da dívida pública; contribuição de melhoria; direito de
666 preempção; outorga onerosa do direito de construir; operação urbana consorciada;
667 transferência do direito de construir; e estudo de impacto de vizinhança.

668 3. Conclusão.

669 Esta Comissão, após análise compilada dos nove itens da política urbana acima
670 elencadas, concluiu que os encaminhamentos propostos pela Comissão anterior foram
671 satisfatoriamente contempladas dentro da minuta do Decreto Estadual que altera o
672 Decreto 2722 e 5040 de 1989; suas propostas, diretrizes e legislação visam ordenar o
673 desenvolvimento das funções sociais da cidade, da propriedade urbana, garantindo um
674 arcabouço legal que possibilite à municipalidade construir uma cidade com direito à
675 terra, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços
676 públicos, trabalho e lazer de forma a garantir o desenvolvimento econômico e a
677 preservação ambiental, sem comprometer a qualidade de vida desta, e das gerações
678 futuras.

679 Isto posto, somos de parecer favorável a apreciação do Plano Diretor de Pontal
680 do Paraná pelo Conselho Pleno do COLIT.” Muito obrigado.

681 Ah, perdão. “Recomendações: A de se registrar que, por consequência da
682 inclusão das alterações decorrentes do atendimento aos encaminhamentos propostos
683 pela Comissão anterior nos documentos e legislação municipal integrantes do PDM, foi
684 construída uma minuta de lei complementar municipal que altera dispositivos das leis
685 complementares 08, 09, 10, 11 de 28 de outubro de 2014, a qual deverá ser submetida a
686 aprovação da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, após a apreciação do Plano
687 Diretor pelo Conselho Pleno do COLIT. É esse o parecer. Curitiba, 23 de novembro de
688 2015.” Muito obrigado.

689 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
690 Obrigado, Parodi. Está apresentado a todos os Conselheiros e convidados, às pessoas
691 que se fazem presentes, de maneira bem objetiva, o que é a proposta do plano, o
692 histórico de como se deu esta proposta que já vem de longo prazo. Este ano, na verdade,
693 foi uma complementação como ficou bem claro tanto pela apresentação do Secretário
694 como pela do Parodi. O que foi feito este ano foi uma complementação do que uma
695 Comissão anterior tinha solicitado. Então, isso foi feito, a Comissão discutiu muito isso
696 ao longo de alguns meses junto com a equipe do município e chegou-se a este
697 entendimento, pelo menos no nível da Secretaria Executiva a Comissão que criamos
698 para isso o entendimento é que pode ser aprovado.

699 No entanto, há uma recomendação de que a aprovação da lei, né prefeito, a gente
700 já conversou sobre isso, e a nossa jurídica entende dessa forma que tem que ter
701 logicamente uma adequação da legislação aprovada para uma aprovação final e uma
702 homologação pelo governador. Mas antes de qualquer coisa, para os encaminhamentos,
703 queria abrir as inscrições para dúvidas, cada um se sinta totalmente à vontade de fazer
704 propostas ou tirar dúvidas ou esclarecimentos. Peço só que façam os comentários em até
705 três minutos até porque temos um número significativo de pessoas, para que todos
706 tenham oportunidade de falarem. A Cláudia vai me ajudar aqui.

707 Então, quem quiser fazer as inscrições está aberta: Prefeita Evani, Prefeita
708 Lilian, FIEP João, Vilmar. Pela ordem, das inscrições, Prefeita.

709 A Sra. Conselheira Evani Cordeiro Justus (Prefeita de Guaratuba):- Boa tarde a
710 todos. Sou a prefeita de Guaratuba e Presidente da AMLIPA dos sete prefeitos do

711 litoral. Eu peço licença a vocês para usar neste ano, na primeira vez que o COLIT se
712 reúne, e nós prefeitos do litoral dependemos muito das decisões dos senhores, queria
713 dizer que nós pedimos que vocês nos ajudem a mudar esta história do COLIT. Porque
714 nós estamos com as mãos atadas. Hoje nós não temos ninguém para assinar, não tem
715 ninguém nomeado em Paranaguá do IAP para assinar um documento. Nós não podemos
716 tomar decisões.

717 O Secretário ainda tem algumas coisas que ele ainda não pode assinar, não sei
718 como funciona. Eu o conheço, foi muito bom revê-lo. Há três anos eu tive o prazer de
719 conhecê-lo em Guaratuba, quando o Secretário trabalhava na Instituição Chico Mendes
720 em Brasília. E nós tivemos um problema onde montaram o Parque do Guaricana e a
721 minha população estava extremamente prejudicada. Passava uma linha no Cubatão,
722 segundo maior produtor de banana do Brasil, e gentilmente o Secretário, na época
723 Diretor, nos atendeu, resolveu o nosso problema. Secretário, o senhor foi muito
724 eficiente. Então, confio muito no seu trabalho como confio no trabalho do Governo.

725 Mas eu peço que vocês pensem em uma maneira de fazer com que possamos
726 resolver pequenos problemas que alteram o dia a dia da população. Quando a população
727 se desespera é na prefeitura que ela vai bater, não é com nenhum dos senhores. Respeito
728 a todos, sou muito grata ao trabalho de vocês e reconheço, mas nós temos que mudar
729 esta história.

730 Hoje eu tenho na minha cidade trezentas e quarenta e seis famílias com casas
731 liberadas da Cohapar - tem alguém da Cohapar aqui? Não. Infelizmente, por problemas
732 de falta de assinatura, ninguém libera. Eu só queria deixar registrado isso em Ata,
733 porque Deus nos livre que aconteça uma tragédia, todas essas famílias em área de risco,
734 documentado e assinado. Vocês são testemunhas que estou implorando para que seja
735 atendido, em defesa da minha cidade.

736 Era isso. Aprovo o seu plano, Edgar, que Deus te proteja, que sua cidade cresça
737 com responsabilidade como nós do litoral queremos crescer. Que nos ajudem a ajudar o
738 litoral do Paraná, peço encarecidamente. E que essas reuniões sejam feitas nas nossas
739 cidades, porque é lá que nós vivemos.

740 Eu queria saber quem de vocês aqui, que não mora no litoral do Paraná, conhece
741 as sete cidades do litoral do Paraná? Por gentileza, se manifeste. (Pausa). Que

742 maravilha! São pessoas que trabalham no governo e que nos acompanham, é ótimo que
743 vocês nos ajudem.

744 Desculpem-me o desabafo, mas acho que é um bom momento, como Presidente
745 da AMLIPA, porque nos reunimos várias vezes por mês. Nós somos muito unidos. A
746 gente não tem oportunidade, como dizia ao Secretário, quando for mudar alguma coisa
747 no COLIT, as primeiras pessoas a serem chamadas deveriam ser os sete prefeitos do
748 litoral. Vocês me perdoem em falar, porque nós conhecemos a realidade das nossas
749 cidades. Então, tenho certeza que o Governo vai nos atender, que o senhor vai nos
750 atender. E na próxima reunião quero ter a alegria, como Presidente da AMLIPA, com os
751 meus colegas, dizer a vocês: “Muito obrigado por nos ouvirem e vamos trabalhar
752 unidos, mas muito próximos!” Essa distância atrapalha muito a nossa vida. Muito
753 obrigado. Desculpa e boa sorte. (Palmas).

754 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
755 Obrigado, prefeita. Inclusive obrigado pelas carinhosas palavras dirigidas à minha
756 pessoa. O Parodi está pedindo um espaço.

757 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (Sema):- Rapidamente. Obrigado,
758 Presidente. Gostaria apenas de aproveitar a brilhante fala da prefeita Evani Justus e
759 comentar que desde que assumimos o COLIT, o Secretário Soavinski me pediu que
760 fizéssemos uma aproximação com todas as prefeituras do litoral, das sete prefeituras,
761 inclusive a prefeita me convidou a participar de uma reunião da AMLIPA, e estamos
762 estreitando esses laços com todos os sete municípios do litoral paranaense. Muito
763 obrigado.

764 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
765 Pela ordem, líder da Mater Natura.

766 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Boa tarde a todos. Foi
767 citado, durante a leitura do parecer, um diagnóstico. Nós não recebemos esse
768 diagnóstico no material que foi encaminhado. Não sei se alguém recebeu esse
769 diagnóstico. Inclusive na leitura prévia deste documento nós buscamos por esse
770 diagnóstico, porque afinal de contas é um elemento essencial na elaboração de um plano
771 de manejo. Como você vai planejar uma região, uma localidade sem que você conheça e
772 tenha muito bem destrinchada vários elementos dessa paisagem, sejam elementos
773 físicos, políticos, econômicos? Nós sentimos muito a falta deste documento para

774 fazemos essa análise. Uma análise prévia que nós fizemos do que nos foi enviado,
775 temos mais de trinta questionamentos aqui a serem feitos que talvez esse diagnóstico
776 pudesse até sanar algumas dessas dúvidas que nós tivemos.

777 Então, é basicamente uma pergunta. Foi feito um diagnóstico? Onde a gente
778 localiza isso? Porque até para fazer a análise, que, aliás, aproveito para fazer aqui uma
779 solicitação, nós recebemos o convite na quinta-feira à noite e tivemos menos de cinco
780 dias para fazer a análise do material que foi disponibilizado na internet para a gente.
781 Então, como estou chegando agora, é a minha primeira participação no COLIT, gostaria
782 até de entender um pouco se isso é normal. Pelo regimento fala-se em uma reunião
783 extraordinária, mas isso não estava constando no convite. De qualquer forma não são
784 cinco dias de antecedência. Então, ficamos com várias dúvidas em relação a esse
785 processo.

786 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- O diagnóstico é
787 apresentado em uma das etapas anterior à audiência pública. Então, na época em que
788 foram realizadas as audiências públicas o diagnóstico foi colocado à disposição para
789 consulta da população. Pela definição de como foi a aprovação do Plano Diretor de
790 Matinhos e o de Guaratuba, no de Matinhos e no de Guaratuba também não foi
791 colocado o diagnóstico à disposição para os senhores Conselheiros aqui. Havia sido
792 colocado à disposição para as audiências públicas. Mas temos o diagnóstico, temos
793 diversos diagnósticos, porque como são cinco edições de Plano Diretor, então temos o
794 diagnóstico do primeiro, do segundo, do terceiro, podemos disponibilizar esses
795 diagnósticos. Eles de fato não foram colocados em apreciação aqui, porque na
796 aprovação do Plano Diretor de Matinhos e no de Guaratuba também não foi
797 disponibilizado.

798 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Então, para a leitura deste
799 documento esse diagnóstico é fundamental, como falei temos mais de trinta
800 apontamentos aqui sem ter esse diagnóstico, eu gostaria de solicitar um tempo para que
801 realmente pudéssemos fazer essa análise e pudéssemos contribuir de fato com esse
802 documento.

803 Então, o Mater Natura gostaria de pedir vistas para que tivéssemos um tempo
804 para fazermos a análise deste documento.

805 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
806 Vou pedir para o Parodi esclarecer a questão da disponibilização do diagnóstico como
807 foi e a questão dos prazos também e, em seguida, trato do pedido de vistas.

808 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (Sema):- Todo o material foi
809 disponibilizado aos membros Conselheiros do COLIT há dez dias. Então, se o seu de
810 alguma forma tenha chegado desta maneira como a senhora comentou, realmente me
811 surpreende, porque a todos foi enviado com bastante antecedência. Inclusive nos atemos
812 muito a isso para que tivesse disponível a todos os membros todo o material e nisso o
813 Secretário Luiz trabalhou arduamente conosco para essa elaboração.

814 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- É
815 um aparte, uma questão de ordem ou uma inscrição? É um aparte. Tudo bem, está
816 previsto no regimento, pode fazer o seu aparte, por favor.

817 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Associação Mar Brasil):- A convocação que
818 nós recebemos foi na última quinta-feira, dia 19, hoje é dia 25, e o documento está em
819 PDF anexado no e-mail datado do dia anterior, dia 18. Então, se fossem dez dias
820 estaríamos realizando a reunião no dia 28. Então, tenho o documento e tenho o e-mail
821 também que a gente pode abrir para esclarecer a questão do prazo.

822 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
823 Ok. Enfim, é a primeira reunião, vou tentar firmar um compromisso com vocês, embora
824 o regimento não traga clareza sobre o prazo que a gente tem para convocação, mas
825 entendo que dada a robustez do documento, logicamente que se a gente quer uma
826 participação qualificada, não que as pessoas não tenham, mas por mais qualidade que a
827 pessoa tenha ela precisa de tempo para analisar e dar as melhores contribuições
828 possíveis. Então, vamos, nas próximas reuniões, tentar fazer isso logicamente com mais
829 antecedência.

830 E quanto ao pedido de vistas regimentalmente está previsto, então logicamente
831 nós vamos dar vista no processo, não só a vocês mas a quem necessitar. Depois, no
832 encaminhamento final, a gente combina o procedimento das vistas e de como fazer o
833 encaminhamento de volta para a Secretaria Executiva. Ok?

834 Vamos seguir a ordem, com a palavra agora a Prefeita de Guaraqueçaba. Por
835 favor, Prefeita.

836 A Sra. Conselheira Lilian da Costa Ramos (Prefeita de Guaraqueçaba):- Boa
837 tarde a todos. Chamo-me Lilian da Costa Ramos, sou nativa de Guaraqueçaba, caicara,
838 nasci lá, conheço Guaraqueçaba como a palma da mão como tenho certeza que a
839 Prefeita Ivani também conhece a sua cidade. Meu amigo prefeito Edgar.

840 Estou no meu primeiro mandato, é a primeira reunião do COLIT e estive até
841 perguntando para os meus amigos qual era a função deste Conselho, assim que assumi a
842 prefeitura, mas é como diz: Conselho do Litoral, para tratar assuntos do litoral.

843 É uma pena. Gostaria de deixar registrado que estou no terceiro ano de mandato
844 e é primeira reunião que estamos fazendo. Espero que a próxima reunião seja o mais
845 breve possível, porque nós estamos a um ano das eleições e nós temos muitas coisas a
846 fazer.

847 O Secretário colocou bem aqui que hoje a pauta da reunião é a aprovação do
848 Plano Diretor do município de Pontal do Paraná, mas nós temos muitas questões que
849 envolvem este Conselho, como licenciamento ambiental, de quem é essa função, quem
850 poderá nos ajudar. É um pedido meu. Eu estava conversando com a Prefeita Evani e eu
851 dizia: “Hoje nós estamos de mãos amarradas. Todos os prefeitos do litoral estão, porque
852 temos questões que envolvem a instância do COLIT, Secretarias de Estado!” E a
853 população nos cobra em casa. Se cobram a Prefeita Evani em Guaratuba, imaginem em
854 Guaraqueçaba que a prefeita come peixe com eles todos os dias na casa deles e os
855 chama pelo nome. Acho que quanto menor o município maior a cobrança.

856 E dizer, Secretário, nos ajude! Estou contando com esse apoio para que, através
857 do Conselho, resolvamos outros problemas pendentes no litoral. Problemas esses que
858 envolvem até questões de vida, porque licenciamento ambiental, foi como a prefeita
859 Evani colocou, ela tem hoje trezentas e quarenta casas lá e se acontecer uma catástrofe?
860 Em Guaraqueçaba, só para vocês saberem, nós tivemos cinquenta e três dias sem parar
861 de chover. Hoje, para sairmos de Guaraqueçaba, nós enfrentamos uma baia. O
862 Secretário de Saúde está comigo e eu falei: “Eu vou levá-lo, porque, qualquer coisa, se
863 eu passar mal você me socorre!”

864 Então, são situações que dependemos de licenciamento ambiental. Já estive
865 pedindo ao Secretário, acho inoportuno, mas pedi que o Pepe olhe com um olhar
866 diferenciado à nossa PR-405. Hoje a ambulância levou dez horas para chegar até a
867 capital, é questão de vida, é questão de clima. Eu falo para a população que têm coisas

868 que o prefeito ainda não pode fazer, como mandar na natureza, nessas situações
869 climáticas. O seixo, que é tirado para arrumar a estrada, a PR-405, dependemos também
870 da situação climática, porque é tirado de dentro do rio e para isso precisamos do
871 licenciamento.

872 Então, faço um apelo, acredito que seja de todos os prefeitos. Na nossa reunião
873 da AMLIPA isso está se tornando até uma conversa chata, eu até digo que não podemos
874 mais falar nisso. Vamos levar ao COLIT e vamos pedir brevidade para resolvermos
875 outras questões. Peço desculpas, sei que a pauta hoje é a aprovação do Plano Diretor de
876 Pontal do Paraná e o Prefeito de Pontal do Paraná pode contar com o meu voto
877 favorável porque sou amiga. Eu disse a ele que viria nem que fosse de helicóptero para
878 ajudá-lo, porque Guaraqueçaba no litoral foi o primeiro município que teve o seu Plano
879 Diretor aprovado. Então, sei o que isso representa ao município. Obrigada a vocês.
880 (Palmas).

881 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
882 Prefeita, obrigado pela sua fala. Nós estamos muito atentos, e é ótimo porque o nosso
883 colega Secretário Pepe está aqui e pode dividir comigo para depois transmitirmos aos
884 demais.

885 Sobre a questão do litoral, acho que são todos os municípios. Acho que tem um
886 passivo grande para vencermos e entendo que o papel deste Conselho não temos só que
887 ficar nos entraves e no passivo, mas temos que ir além. Nós temos que buscar soluções.
888 Como eu disse no começo, o Paraná é bastante criativo em busca de soluções. Nós
889 temos o maior patrimônio ambiental do Estado e este está no litoral com muitas
890 unidades de conservação, estaduais, federais, municipais. Inclusive a gestão dessas
891 unidades é um assunto que temos que pautar aqui especialmente, até para trazer uma
892 integração. Eu sei que vocês buscam isso pelo conjunto de prefeitos, mas é um assunto
893 extremamente necessário.

894 Essas unidades, no meu entendimento e de muitos que a gente divide, têm que
895 ser encaradas como uma oportunidade. Neste sentido já aproveito para falar para vocês
896 que aquela histórica multa da Petrobras de noventa milhões na época, que está
897 depositada até hoje sem uso, em uma discussão com o ICMBio, o IAP e com o
898 Ministério Público e algumas ONG's, encontramos um bom encaminhamento para um
899 programa bastante ambicioso de gestão da biodiversidade, do desenvolvimento sócio

900 econômico, cultural. Acho que o cultural é extremamente importante. E levamos essa
901 ideia, essa discussão inicial que tivemos com esse grupo de pessoas, ao governador Beto
902 Richa. Ele entendeu perfeitamente e nos autorizou a continuarmos as negociações -
903 pena que o Rosso não está aqui - com o nosso Procurador Geral para que a gente reveja
904 aquele ajuste que foi assinado com o Ministério Público e realmente destine o recurso
905 integralmente para a gestão ambiental e sociocultural da região.

906 Ele é um programa amplo, vai ter um arcabouço amplo, ainda estamos
907 desenhando isso, em um momento oportuno logicamente vamos ter que dividir isso com
908 vocês. Acho que isso vai nos ajudar muito nisto que a senhora está colocando, na
909 direção em que a senhora coloca. Lógico que vamos nos debruçar em cima das questões
910 ou nos gargalos de licenciamento para termos a maior qualidade possível e as
911 prioridades, mas vamos ter que nos aprofundar nas oportunidades. E as oportunidades
912 de uma área de conversação, que tem vocação para conservação, para o ecoturismo,
913 para tantas atividades que visam valorizar isso tudo. Talvez esteja faltando unirmos
914 conhecimentos e colocar em prática e valorizar todo esse nosso patrimônio.

915 Mas, enfim, já falei muito aqui, vamos avançar nas inscrições. João, da FIEP,
916 por favor.

917 O Sr. Conselheiro João (FIEP):- Presidente Ricardo, Pepe, a FIEP tem
918 trabalhado muito forte na parte do objetivo principal que é o desenvolvimento
919 econômico, social e ambiental do Estado do Paraná. Econômico, claro, estamos na casa
920 da indústria. Nós queremos ver a indústria chegando aqui e crescendo, tanto a nossa
921 indústria como as que virão. Só que, para que a indústria venha, hoje um dos pré-
922 requisitos é a qualidade de vida dos trabalhadores dessa indústria, dos executivos dessa
923 indústria.

924 Quando uma multinacional vai se instalar no Paraná, o primeiro quesito que ela
925 olha é a qualidade de vida da sua equipe que virá do seu país de origem e dos seus
926 trabalhadores como um todo. Isso faz a diferença. Então, temos que ter um olhar
927 econômico, um olhar social e aí, obviamente, um olhar ambiental. A FIEP tem um
928 trabalho muito forte em parceria com a Sema com toda a questão da logística reversa.
929 Acho que o Estado do Paraná está dando aula para o Brasil nessa questão da logística
930 reversa, para que possamos construir um mundo melhor para todos nós e para os nossos
931 filhos e netos morarem.

932 A nossa parceria é muito forte também com a SEIL, com o Pepe, com toda a
933 área de infraestrutura, porque focamos muito esse lado da infraestrutura. Então,
934 trabalhamos muito forte.

935 Ontem estávamos com a equipe do Pepe, do porto, da APA, com o Dividino, o
936 Fregonesi mais a Jaqueline em Brasília na Secretaria de Portos, conversando com o
937 Ministro para que nós efetivamente possamos encaminhar o assunto da alteração da
938 poligonal, que é um grande pleito para a região, para o litoral do Paraná como um todo
939 para que permita as novas áreas, os investimentos privados e áreas públicas que estão
940 vindo aí.

941 Mas outra área que a gente trabalha muito forte é na questão da infraestrutura
942 rodoviária, os acessos rodoviários. Eu conheço, tive o privilégio de conhecer os sete
943 municípios do litoral, sei o que é a 405, lá da Parigot de Souza até Guaraqueçaba, levar
944 três horas. Minha família tem casa em Guaratuba, então frequento Guaratuba no mínimo
945 cinco vezes por ano, nos finais de semana e no verão, há cinquenta anos que é a minha
946 idade. Até sábado estarei em Guaratuba preparando a casa para o veraneio.

947 Então, a gente tem um trabalho muito forte na parte de rodovias. A 412, essa é
948 uma pergunta que quero fazer depois para o Luiz, a distância da 412 até o litoral e o
949 principal é o absoluto controle para que não haja nenhuma invasão do lado de dentro,
950 para o interior. Porque uma vez que você tenha ocupação da 412 dos dois lados, por
951 alguma invasão, isso vai prejudicar em muito o Plano Diretor da cidade, causando
952 problemas de acidentes e tudo.

953 Então, temos projetos junto com a SEIL - Secretaria de Infraestrutura,
954 acompanhando essa questão da nova 412, a duplicação da 407 até a Praia de Leste, mas
955 não só até lá, futuramente da Praia de Leste até Matinhos, a chegada a Guaratuba, todo
956 o contorno de Matinhos, porque hoje muitos veranistas acabam deixando de ir aos
957 feriados, por quê? “Porque vou passar cinco, seis, sete horas na estrada! Como eu vou
958 sair no domingo de tarde, às 2h da tarde, para pegar o Ferry Boat? Ou vou pegar aquele
959 famoso sinaleiro de Garuva”. Então, você não tem opção, ou é cinco horas para cá ou
960 cinco horas para lá e as pessoas acabam não indo, não gerando desenvolvimento
961 econômico para a cidade, porque a cidade é uma cidade de veraneio. Então, temos que
962 ter acesso.

963 Nós estamos trabalhando forte com a Secretaria a questão da própria BR-101, da
964 famosa BR-101, só no trecho da Marta até Garuva, entre o Parque Sant-lair e o futuro
965 Parque do Guaricana. Hoje já existe uma estrada ali, a gente entende como viável que
966 vai trazer oportunidade para, por exemplo, toda Guaratuba sair com uma alternativa ao
967 Ferry Boat, como uma alternativa a Garuva.

968 Nós sabemos que existem questões ambientais muito fortes. Temos trabalhado
969 na questão da ferrovia, para tirar o caminhão da estrada, a nova ferrovia, a nova descida
970 da serra de Curitiba para Paranaguá. Um projeto que até o Observatório de Conservação
971 Costeira, o Darley está aqui, fez uma forma inovadora antes de fazer o projeto e
972 apresentar depois para as pessoas que têm o conhecimento ambiental. O Observatório
973 de Conservação Costeira participou, opinou, sugeriu tanto que o melhor traçado
974 tecnicamente acabou sendo abortado porque cortaria o Parque da Guaricana numa área
975 grande. Acabou sendo alterado, mudou o traçado dessa ferrovia, pegava aí só 3% da
976 área do parque. Daí o Observatório fez uma inserção junto ao ICMBio para que
977 houvesse essa alteração do perímetro do parque para que viabilizasse a ferrovia. Então,
978 teremos um grande volume de cargas. O Brasil é o celeiro do mundo, e Paranaguá é a
979 nossa base portuária, não se fala mais em Paranaguá, mas a nossa base portuária de
980 Pontal, de Antonina, de Paranaguá vai abastecer o mundo.

981 Eu tive a oportunidade de na semana passada assistir uma palestra do Bill
982 Clinton em Brasília e ele falou exatamente isso, uma visão de quem é de fora que nos
983 deixa até orgulhosos em ouvir isso. Ele falou: “Os Estados Unidos precisa do Brasil, o
984 mundo precisa do Brasil, porque o Brasil tem qualidade de terras fabulosas!” Nós temos
985 a geração de energia elétrica mais sustentável no mundo. Cerca de 80% da geração de
986 energia elétrica é sustentável hoje, de fontes renováveis. Então, nós precisamos acreditar
987 no Brasil, nós precisamos planejar. Isso o que Pontal está fazendo hoje: planejar com
988 uma visão em longo prazo, uma visão de vinte anos para que o Poder Executivo, os
989 executores, aqui representado pelos prefeitos, possam executar com ações de curto,
990 médio e longo prazo, mas dentro de um plano, de um plano de vinte anos.

991 Então, parabéns a Pontal, na pessoa do prefeito, por este Plano Diretor. E conte
992 com a gente no sentido de levarmos o desenvolvimento econômico para o litoral do
993 Paraná, para todos os municípios, na parte de apoio a SEIL, na parceria grande que a
994 gente tem, né Pepe, com relação a todas as obras, melhoria de acessos a Morretes.

995 Como a SEIL já tem o planejamento na nova estrada de acesso ao Porto do Félix, em
996 Antonina, nós temos aí as opções da BR-101 do trecho que liga a BR-277 até Garuva
997 para liberar o acesso a Guaratuba, fazer a licitação para Guaratuba. Guaraqueçaba
998 obviamente tem toda uma questão ambiental envolvida, mas a melhoria pode ser feita
999 para que não se leve as três horas da Parigot de Souza até Guaraqueçaba, mas que leve
1000 um pouco menos de tempo, preservando a questão ambiental. Enfim, todos os
1001 municípios. A Avenida Airton Senna na chegada de Paranaguá que é fundamental.

1002 E já concluindo, então, é exatamente isso, e aí as duas perguntas que eu deixo: a
1003 distância e, segundo ponto, se aquele canal vai permitir navegabilidade. Porque existe
1004 hoje um potencial muito grande, e a região de Paranaguá a Pontal é uma das regiões que
1005 mais abriga barcos que seja de trabalho de turismo. Por exemplo, hoje em Comboriu,
1006 um dos grandes nichos imobiliários são edifícios aonde a pessoa chega em um canal e
1007 encosta o barco na própria... Então, esses prédios próximos ao canal, e esse canal é só
1008 um canal de controle de cheias ou é navegável? Então, são as duas perguntas.

1009 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1010 Por favor.

1011 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Conselheiro, a
1012 proposta do layout da nova rodovia nessa faixa dos cento e setenta e cinco metros vai ter
1013 o canal de drenagem, a rede de alta tensão, a rodovia, o gasoduto e a ferrovia. Nós não
1014 sabemos quantos anos vai levar para fazer a ferrovia, porque todas as obras aqui são
1015 previstas, são diretrizes, mas todas dependem de licenciamento ambiental. Então, não
1016 sei lhe responder se o canal será navegável ou não. Ele é um canal de drenagem, para
1017 isso entendemos que este licenciamento ambiental aconteça. Para torná-lo navegável
1018 imagino que depende de um segundo licenciamento ambiental. Então, só um estudo
1019 poderá dizer se ele poderá ser navegável.

1020 Com relação às distâncias, esse é da apresentação do Plano Diretor, o produto
1021 final ficou um pouquinho diferente desse, mas onde tem a nova rodovia aqui ela é
1022 variável essa distância desta rodovia até beira mar. Em alguns lugares dá dois
1023 quilômetros, dois quilômetros e meio e lá ela vai afunilando, em Pontal do Sul tem
1024 entorno de um quilômetro da beira mar.

1025 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1026 Obrigado, Secretário Luiz.

1027 Seguindo a ordem, Vilmar, por favor.

1028 O Sr. Conselheiro Vilmar Faria Silva (Associações Comerciais do Litoral):- Boa
1029 tarde a todos. Cumprimento o Secretário Ricardo, o Secretário Pepe e os
1030 cumprimentando cumprimento os demais presentes.

1031 Na realidade quero fazer uma pergunta ao Secretário Executivo. No parecer o
1032 senhor levou em consideração os nove requisitos que usamos na análise dos outros
1033 planos, Matinhos e Guaratuba. Correto? Na realidade, contando uma história, eram oito
1034 quesitos. O Carlos Storer participou de algumas reuniões e acabamos criando o nono
1035 requisito, lembra Carlos? Porque nós estudamos os requisitos que levariam a
1036 possibilidade da aprovação dos planos diretores de Guaratuba e de Matinhos. Então, a
1037 primeira pergunta seria essa.

1038 A segunda seria uma sugestão de encaminhamento, da seguinte forma:
1039 realmente, Secretário, o COLIT tem uma dívida histórica com o litoral, com todos os
1040 municípios do litoral. Eu participo do Conselho desde 2005, fui Secretário Municipal de
1041 Meio Ambiente, fui Presidente do Conselho Gestor da APA de Guaratuba, o único
1042 Presidente que não era de dentro da estrutura do Estado e nem da Força Verde,
1043 geralmente era o chefe do IAP ou do chefe do Batalhão da Força Verde.

1044 Na época chamamos a Mater Natura para participar conosco no Conselho, por
1045 entendermos que é uma entidade que realmente tem muito a acrescentar. E quando fui
1046 Presidente do Gestor da APA fiz questão inclusive porque existia uma pesquisa, esqueci
1047 o nome dela agora, sobre o Bicudinho-do-brejo, que foi uma espécie que foi descoberta
1048 aqui no litoral - a Bianca, isso mesmo. Queria fazer uma sugestão de encaminhamento
1049 em prol do município de Pontal, sabendo das dificuldades que os municípios enfrentam
1050 sem ter o Plano Diretor. Nós sabemos o que passamos durante dez anos praticamente
1051 sem ter um Plano Diretor. Fizemos uma primeira aprovação na Câmara usando uma
1052 resolução recomendada pelo Ministério das Cidades, que se não fizessemos até
1053 dezembro perderíamos financiamento federal. Então, tivemos que fazer isso.

1054 Minha sugestão de encaminhamento, é claro que a Conselheira tem o direito de
1055 pedir vistas, mas quando foi votado também o Plano Diretor de Guaratuba e o de
1056 Matinhos, também um representante de uma associação entendeu a situação, recolheu o
1057 pedido de vistas, pode depois trabalhar junto para saber essas questões e contribuir com
1058 o município, mesmo o plano ter sido homologado pelo Conselho. Então, a sugestão de

1059 encaminhamento, claro que pedir licença à Conselheira, ver se ela permite a retirada de
1060 vistas e que a gente fizesse uma aprovação para que pudéssemos votar ainda hoje o
1061 plano. Depois de termos visto que os nove itens foram contemplados, até por conhecer
1062 os técnicos que participaram dessa equipe, tenho certeza que é possível fazermos a
1063 votação do parecer, condicionado, é claro, à aprovação das leis que tenho certeza que o
1064 prefeito vai tocar isso com a maior celeridade. Mas seria uma aprovação dentro do
1065 Conselho para aproveitar essa reunião que foi feita para isso, condicionada a
1066 apresentação do projeto de lei aprovado pela Câmara e sancionado pelo prefeito. Eu sei
1067 o que está passando aquele que está lá na ponta, que está lá esperando o plano ser
1068 aprovado para poder abrir o seu comércio, conseguir o seu licenciamento ambiental
1069 iniciar uma atividade. Então, a gente sentiu na pele durante dez anos o que é estar atrás
1070 da homologação do Plano Diretor pelo Conselho do Litoral.

1071 Eu percebi a dinâmica do Secretário e do Secretário Executivo do COLIT, tenho
1072 certeza que vamos conseguir construir ações e procedimentos que nos levem celeridade
1073 nos processos que visam os sete municípios do litoral, mas queria pedir licença à
1074 Conselheira que, se fosse possível, retirasse as vistas e que também o Conselho, que é
1075 pleno, que também fizesse uma aprovação condicionada às leis, já que nós mesmos,
1076 quando fizemos a aprovação do de Guaratuba e o de Matinhos pedimos e
1077 recomendamos que isso fosse feito. Obrigado, Secretário. (Palmas).

1078 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1079 Vou seguir para as inscrições e depois vamos para esta proposta de encaminhamento.
1080 Ok?

1081 Embora não Conselheira, temos a Vereadora de Pontal que participou também e
1082 peço licença e lhe conceder a palavra. Ao invés de eu pedir autorização vou ver se
1083 alguém tem algo contrário e depois lhe inscrevo também, sem problema. Ok? Então,
1084 Vereadora, por favor.

1085 A Sra. Professora Rosilene Vieira Martins (Câmara Municipal de Pontal do
1086 Paraná):- Boa tarde a todos. Sou a Professora Rosilene, representando a Câmara
1087 Municipal de Pontal do Paraná. E cumprimentando o Secretário Ricardo, cumprimento
1088 toda a Mesa Diretiva dos trabalhos.

1089 A minha fala, como Vereadora, é como representante do povo e justamente
1090 aquele povo que levanta cedo para trabalhar, aquele povo que depende de transporte

1091 urbano, aquele povo que nos dias de chuva atravessa a cidade com ruas cheias de
1092 buraco, ruas alagadas, aquele povo que precisa da pesca para sobreviver, aquele povo
1093 que precisa do turismo para sobreviver. Estou falando, gente, dos moradores de Pontal
1094 do Paraná, porque somos nós que estamos ali dia a dia passando dificuldade e sendo as
1095 vítimas da falta de desenvolvimento.

1096 O Vilmar foi muito feliz na sua colocação, acho que a população de Pontal que
1097 está aqui presente vai te agradecer muito porque realmente este é o nosso objetivo hoje,
1098 é a aprovação do Plano Diretor. Se tem ressalva o prefeito e Câmara com certeza não
1099 medirão esforços para cumprir e fazer com que as coisas aconteçam, mas Pontal precisa
1100 urgente da aprovação desse Plano Diretor, porque o nosso desenvolvimento econômico
1101 depende desse papel. É muito fácil para quem não está lá achar falhas, mas vão para lá,
1102 passe uma semana, principalmente agora que choveu bastante, para vocês verem a
1103 importância da aprovação desse documento para nós.

1104 Então, hoje venho aqui, em nome da população de Pontal, pedir aos senhores
1105 Conselheiros que se sensibilizem e aprovem este plano para que o governador possa
1106 homologá-lo até o final do ano. Obrigada.

1107 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1108 Agora a Maria Cecília, suplente, da SPVS.

1109 A Sra. Conselheira Maria Cecília (SPVS):- Sou Maria Cecília, da suplência da
1110 SPVS. Eu queria colocar aqui, a gente entende a vontade de vocês em aprovar essa
1111 proposta, mas é uma proposta muito séria e existe a necessidade de se avaliar as
1112 informações que foram levantadas. Não entendo a questão de não termos disponível
1113 esse diagnóstico. Eu gostaria muito em ter acesso a esse diagnóstico para ler as
1114 informações, até porque é questão de transparência. É direito de todos. Está previsto na
1115 legislação que todos têm direito a ter acesso a essas informações. Então gostaria até de
1116 enfatizar a importância desse pedido de vistas que foi feito, porque seria bem
1117 interessante avaliarmos essas informações que foram levantadas e verificar os pontos
1118 detalhadamente. Só para constar em Ata também.

1119 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- Ok,
1120 obrigado. Sr. José, da agricultura e Pesca, e depois o nosso prefeito de Pontal do Paraná.

1121 O Sr. Conselheiro José Damião Hess (FAEP):- Boa tarde, senhores. Sou
1122 engenheiro florestal José Hess, sou da Federação de Agricultura do Estado do Paraná.

1123 Quero parabenizar o encontro de todos e agradecer a presença do Secretário Pepe,
1124 Secretário Ricardo, a FAEP está sempre sendo parceira com o governador e parabenizar
1125 a apresentação do diagnóstico do município de Pontal do Paraná. Dizer o seguinte: a
1126 região litorânea do Paraná está sofrendo um ônus ambiental com relação a todas as
1127 situações.

1128 O litoral tem direito, e é importantíssimo, como as entidades ambientais estão
1129 colocando lá, mas nós temos que priorizar o setor econômico, a população que está lá.
1130 Eu deixei de comprar um terreno em Guaraqueçaba porque um colega me disse: “Se
1131 você tiver um enfarto, como você vai fazer? Não tem como você sair de lá, a não ser de
1132 helicóptero.” Então, comprei o meu lote e estou construindo em Guaratuba, viu prefeito.
1133 Mas quero também comprar um lote em Guaraqueçaba, já estive duas ou três vezes lá.
1134 Então, esta é uma situação minha, vocês imaginem da população que vive lá!

1135 Faço parte pela FAEP, da APA de Guaraqueçaba, estive lá, e senti pessoas
1136 humildes, pescadores, pessoas que necessitam de alimentação básica, Sr. Secretário. E
1137 teve uma apresentação de pesca lá por parte de uma entidade, daí eu levantei a questão e
1138 disse: “Escuta, o senhor está falando em tantas técnicas, o senhor está sabendo, os
1139 senhores pescadores estão entendendo o que o senhor está falando?” Daí levantaram:
1140 “Não, ninguém está entendendo nada!” Daí eles me disseram: “Olha, aproveitando a
1141 oportunidade, nós não podemos plantar nem cenoura nem alface para nós comermos,
1142 porque a questão ambiental não permite!” Eu não sei se isso é verdade ou não, mas se
1143 for é o fim da picada. O outro me disse: “Olha, se eu e meus filhos precisarmos de
1144 comida, vamos ter que matar animais silvestres porque não podemos deixar os nossos
1145 filhos com fome!”

1146 Então, nós temos sim, eu sou daqui de Curitiba, sou engenheiro florestal, faz
1147 quarenta anos que sou formado e tenho autoridade para saber desta questão florestal e
1148 ambiental. É importante... (Palmas). É importante que se faça toda a apresentação,
1149 Secretário, a nossa esperança hoje como Estado, como população, é no Governo atual,
1150 na sensibilidade do Ricardo, do nosso Secretário, do Secretário Presidente do IAP de
1151 que está fazendo essa parceria, está se tendo essa visão hoje, além da ambiental, a visão
1152 de desenvolvimento.

1153 E o litoral necessita sim de compensação, porque se vocês olharem o mapa do
1154 Paraná a maior reserva de mata atlântica do Paraná está no litoral. Tudo bem! É ótimo, é

1155 maravilhoso, mas pergunto: quem está pagando a conta disso? Quem está compensando
1156 a nossa população do litoral? Como vão ficar as crianças que estão nascendo em
1157 Guaraqueçaba? Qual o futuro delas? Aonde eles terão emprego? E a questão da estrada
1158 para Guaraqueçaba, prefeito? Tem lá a Estrada da Graciosa que faz anos e anos, é só ir
1159 para os Estados Unidos e ver como se desenvolve o litoral americano. Não tem
1160 problema nenhum, não está acabando o mundo nenhum lá.

1161 Outra coisa, a questão de atropelamento de animais é o menor índice do Paraná,
1162 porque os animais têm a quantidade de mata suficiente, por isso não aparecem nas
1163 estradas. Se o senhor levantar no DER a maior mortalidade acontece nas estradas onde
1164 tem pouca mata, porque eles têm que sair de um corredor de biodiversidade para outro,
1165 tendo que passar pelo asfalto. Como nós temos uma grande quantidade de mata no
1166 litoral, os animais ali não têm necessidade em trafegar tanto.

1167 Então, aproveitando, quem sou para pedir, mas dou todo o apoio para a abertura
1168 da estrada de Guaraqueçaba, com condições técnicas, com túneis superiores para
1169 passagem de animais. Hoje nós temos a engenharia, Secretário, temos condições, temos
1170 legislação, temos um povo maravilhoso, um país maravilhoso que o Bill Clinton
1171 reconhece, o mundo reconhece, falta nós reconhecermos em nosso país. Era isso.
1172 Parabéns a todos! (Palmas).

1173 A Sra. Conselheira Lilian da Costa Ramos (Prefeita de Guaraqueçaba):- Sr. José,
1174 fico muito feliz com sua fala. Faço um convite: compre um lote em Guaraqueçaba que é
1175 mais barato e mais bonito que Guaratuba. E dizer que quando eu converso com o meu
1176 povo tenho essa consciência, porque tive a oportunidade de vir a Curitiba, morar e
1177 estudar pois minha família tinha essa condição financeira. Mas me preocupo muito com
1178 os filhos do guaraqueçabano e digo que lá nós temos tudo do melhor, tudo o que Deus
1179 pode dar deu para Guaraqueçaba dentro de um pedacinho do Paraná. Mas a minha
1180 maior riqueza não é a questão ambiental. Minha maior riqueza é a minha população, são
1181 as pessoas que vivem em Guaraqueçaba e fiquei muito feliz em saber que um
1182 paranaense reconhece Guaraqueçaba mesmo ela sendo esquecida por quatrocentos e
1183 setenta e cinco anos. Muito obrigada e lhe espero em Guaraqueçaba.

1184 A Sra. Conselheira Evani Cordeiro Justus (Prefeita de Guaratuba):- Bem-vindo a
1185 Guaratuba, Sr. José. O senhor é maravilhoso.

1186 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1187 Dailey, o seu pedido é em função do pedido de vistas? Então, vou seguir a ordem aqui,
1188 com a palavra Prefeito Edgar.

1189 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Quero fazer
1190 minhas as palavras da prefeita Evani e da prefeita Lilian. Eu digo que hoje para ser
1191 prefeito precisa ser louco e ser internado no hospício, porque quem deveria ser prefeito
1192 da cidade seriam os promotores porque eles travam tudo.

1193 Vocês imaginem em uma cidade crescente igual a nossa que você não consegue
1194 ligar uma água, uma luz, mais de quinhentas famílias todos os dias em cima de você
1195 pedindo água e luz e o promotor dando recomendação que não pode ligar água e luz
1196 porque são águas irregulares e sem Plano Diretor não temos como regularizar essas
1197 áreas. São três anos para aquelas canais serem limpos. Comprei uma maquina pelo
1198 município, pedimos liberação, está chegando a temporada e não conseguimos limpar os
1199 canais porque a licença não sai.

1200 Conseguimos quinhentos mil reais no Ministério de Turismo em Brasília,
1201 estamos perdendo o dinheiro, a obra está licitada e não conseguimos fazer por causa de
1202 liberação. São cento e setenta e cinco casas do projeto Minha Casa Minha Vida,
1203 quinhentas e cinquenta famílias inscritas morando em áreas de risco, em beira de canal e
1204 não conseguimos desmatar área para fazermos essas casas. Como se administra um
1205 município como esse? Tem condições? Tem hora que fico indignado. Eu chamei a
1206 Presidente da AMLIPA, sou vice-presidente, um dia eu disse a ela: “Vamos pegar
1207 nossas chaves e vamos entregar nas mãos dos promotores! Eles que governem o
1208 município!” Porque não tem condições uma pessoa física administrar um município
1209 nessas condições! Vocês imaginem um município com um plano diretor igual ao deles.
1210 Tem dificuldades, imaginem um município igual ao nosso. É impossível! (Palmas).

1211 E quero reforçar mais, nós fizemos três audiências públicas, teria todo tempo
1212 suficiente para se ter analisado tudo. Quando o Caetano era Secretário de Meio
1213 Ambiente, tivemos duas ou três reuniões com ele, nosso Plano Diretor foi aprovado pela
1214 Câmara, ele nos disse: “Se foi aprovado pelos Vereadores, nós aprovamos no COLIT!”
1215 Antes de ser aprovado lá o Plano Diretor ficou noventa dias no COLIT para ser
1216 analisado, não foi analisado. Levamos lá e foi votado. Hoje estamos mexendo em tudo
1217 novamente.

1218 Então eu acho que não podemos deixar de aprovar por pequenas coisas, gente! E
1219 quero dizer mais, o que o Governo Federal fez conosco? Estamos lá hoje com a Techint,
1220 isentaram eles do ISS, de quatro meses para cá estão com três mil e duzentos e
1221 cinquenta homens trabalhando, disseram que vão pegar mais três mil homens agora a
1222 partir janeiro. A cidade não vai aguentar! A cidade não vai aguentar! Assumi um
1223 município com quatrocentos e oitenta crianças na creche está com mil e quatrocentas,
1224 temos trezentas crianças esperando, o povo estão invadindo as áreas de Pontal, enquanto
1225 não temos o Plano Diretor para regularizar as áreas o povo está invadindo.

1226 Fiz uma reunião com o pessoal da Techint semana passada, falei: “Olha, a
1227 cidade não vai aguentar se não tivermos ajuda do Governo Federal!” Ou vamos ter que
1228 trancar aquela rodovia. (Palmas).

1229 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1230 Terminou, prefeito? Muito obrigado. Pela ordem, Sr. Zaki da Universidade Federal o
1231 Paraná.

1232 O Sr. Conselheiro Eduardo (UFPR):- Boa tarde a todos. Sou o Eduardo da
1233 UFPR. Primeiro é um prazer muito grande fazer parte deste Conselho, fico mais
1234 tranquilo em saber que não sou o primeiro, inúmeros estão aqui pela primeira vez
1235 também, prazer conhecer a prefeita Lilian, embora esteja aqui em Curitiba, trabalho no
1236 Departamento de Geografia, há um ano e meio ministro todas as minhas aulas, as
1237 minhas orientações em Guaraqueçaba. Trabalho há um ano e meio lá, amanhã estou
1238 descendo para lá, hoje os meus alunos estão lá, no Conselho da APA, está tendo a
1239 reunião do CONAPA, os meus alunos estão apresentando os resultados do nosso
1240 trabalho.

1241 Dizer que a UFPR vem aqui para, sem dúvida, apoiar mas julgo importante, faço
1242 coro ao que a Dailey já adiantou, a gente precisa minimamente acontecer o que está
1243 acontecendo para votar. A gente não quer impedir nada. Na mesma linha, faço parte do
1244 Observatório Costeiro, a gente contribuiu com a ferrovia, aqui penso que seja neste
1245 mesmo encaminhamento.

1246 Então, gostaria de destacar que na realidade não é o COLIT que impede, no meu
1247 entendimento, embora seja a primeira vez que eu participo, eu acompanho as reuniões
1248 do COLIT como ouvinte já há algum tempo. Estive na reunião de Guaratuba e de
1249 Matinhos, mas se um prefeito não organiza a audiência pública, algo que o Estatuto das

1250 Cidades traz, não é o COLIT que está segurando, é uma incompetência de quem está na
1251 gestão. Então, eu acho descabida uma pressão para que hoje aprovemos algo. No meu
1252 entendimento esta é uma reunião para apreciação, a palavra apreciação é bem diferente
1253 de aprovação. Eu vim tranquilo para esta discussão de hoje, apenas para discutir,
1254 entender melhor e levar para os meus pares na universidade e estamos dispostos, a
1255 instituições está à disposição para estudar, para contribuir com esses estudos da melhor
1256 forma possível. E estou todos os dias lá no litoral, entendo as dificuldades de Guaratuba,
1257 mas principalmente as de Guaraqueçaba e peço vistas, da mesma forma que a Dailey
1258 para entender o que a gente está votando. Só por isso. Obrigado.

1259 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1260 Concedemos um aparte ao prefeito de Pontal do Paraná.

1261 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Eduardo, sobre a
1262 audiência pública. Nós fizemos sim audiência pública, na verdade fizemos quatro
1263 audiências públicas.

1264 O Sr. Conselheiro Eduardo (UFPR):- Em 2007.

1265 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Com
1266 quatrocentas ou quinhentas pessoas reunidas. (Palmas).

1267 O Sr. Conselheiro Eduardo (UFPR):- Se não foi aprovado em 2007 é porque lá
1268 não teve audiência pública. Só isso.

1269 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- Eu
1270 entendi. Acho que foi em cima ao que o próprio Secretário apresentou de um período
1271 anterior, Prefeito. Estou tentando ajudar a esclarecer. Acho que ele se referiu a um
1272 período anterior onde o próprio Secretário falou, quando não foi possível aprovar junto
1273 com os outros dois municípios por falta das audiências públicas. Foi isso. Desculpa, só
1274 para tentar ajudar no entendimento para prosseguirmos.

1275 Vamos seguir com as inscrições, e aí darei o encaminhamento.

1276 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Solicito um
1277 aparte, Secretário. (Assentimento). O Secretário acabou de responder, porque o primeiro
1278 item da análise dos planos diretores é a audiência pública, a publicidade. Este é o
1279 primeiro item que nós analisamos. Por isso a minha pergunta foi se aqueles nove itens
1280 tinham sido respeitados. E o que entendi do Luiz foi que depois de 2014, foram feitas as

1281 audiências públicas para hoje estarmos neste momento. Então, respondendo ao
1282 Conselheiro.

1283 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1284 Dailey, por favor.

1285 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Eu entendo que todos
1286 estejam emocionados neste momento, entendo que vocês vieram de Pontal, que vocês
1287 têm uma vontade muito grande que este Plano Diretor seja aprovado, mas reforçando
1288 inclusive ao que ao que o ouvidor fala, ao que o João colocou a respeito da atuação do
1289 Observatório junto com a questão da ferrovia, reflete o que o terceiro setor almeja que é
1290 contribuir para o desenvolvimento do litoral mas que seja um desenvolvimento
1291 cuidadosamente planejado. Então, como ele mesmo colocou não somos contra o
1292 desenvolvimento, de forma alguma, não é essa a questão aqui posta.

1293 Os moradores de Pontal é que sofrerão as consequências, eventuais do que for
1294 planejado e sofrerão ainda mais caso a gente não faça um planejamento muito bem
1295 feito, as coisas não sejam muito bem discutidas e as contribuições. Afinal de contas esse
1296 é um espaço de consulta não e é à toa. Existe uma função de estarmos aqui hoje.

1297 Existem questões importantes relacionadas, algumas inclusive a observâncias
1298 legais como da mata atlântica que não estão presentes. Vocês terão problemas depois.
1299 Posteriormente vocês terão problemas, se não observamos agora cuidadosamente isso
1300 pode virar um problema depois para vocês. Inclusive as zona de amortecimento, por
1301 isso que gostaria do diagnóstico, a zona de amortecimento da Estação Ecológica do
1302 Guaraguaçu se estende inclusive até a área portuária e eu não sei como isso foi
1303 abordado porque não tivemos acesso ao diagnóstico e isso pode gerar problemas para
1304 vocês depois.

1305 O próprio Observatório de Conservação Costeira, Secretário, solicitou a
1306 documentação do Plano Diretor, está em um ofício endereçado a vocês em outubro
1307 desse ano, e talvez, se tivéssemos tido acesso a este documento, dentro do Observatório
1308 a gente não precisasse estar nesta discussão aqui hoje, porque teríamos tido acesso
1309 antes, poderíamos ter lido antes. Nós solicitamos com certa antecedência. Eu hoje aqui
1310 represento o Mater Natura e não o Observatório, porque no Observatório eu sou pessoa
1311 física, assim como o Eduardo Vedor e assim como os outros membros e assim como os
1312 outros membros do Observatório que aqui estão. Mas como nós fizemos parte e as

1313 coisas todas estão interligadas, se nós tivéssemos analisado possivelmente o nosso
1314 posicionamento poderia ser outro hoje.

1315 Em relação a Guaraqueçaba, prefeita, prazer em conhecê-la eu gostaria de
1316 colocar os conservacionistas de modo geral são favoráveis à pavimentação. Então, nos
1317 imputam uma responsabilidade que não nos cabe. Nós somos inclusive parceiros na
1318 solicitação dessa pavimentação da mesma forma que o colega colocou, tomando-se
1319 todos os devidos cuidados para não afetar a população, não afetar a conservação, porque
1320 a população e o ambiente natural de Guaraqueçaba se misturam. São um elemento só
1321 ali. E nós somos favoráveis de forma geral, não posso falar por todos, mas de uma
1322 forma geral nós somos favoráveis sim.

1323 Então, eu mantenho o meu pedido de vistas como Mater Natura e gostaria de
1324 ouvir os outros colegas também que sintam essa necessidade e possam se manifestar
1325 para que eu não fique isolada aqui.

1326 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1327 Bem temos o Juliano... Eu já te dei vários apartes, só se tiver necessidade, senão eu já
1328 queria ir para os encaminhamentos. Juliano, por favor.

1329 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Eu queria perguntar
1330 para o Secretário Luizinho, e se puder abrir um dos mapas do zoneamento tenho dúvida
1331 em relação a algumas coisas que estão no mapa do macro zoneamento. Corrija-me se eu
1332 estiver errado, mas eu não vi na legenda os que são aqueles dois riscos azuis que ligam
1333 próximo ao Shangri-lá à área industrial. E ele também tem lá dentro da área industrial,
1334 aqui na entrada já de Pontal, o que são esses riscos azuis.

1335 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Você está se
1336 referindo a esses riscos aqui? (Assentimento). Esses riscos é um arquivo fornecido pelo
1337 DER do traçado da nova rodovia, que foi o que mudou aquele perímetro da área urbana
1338 lá no final de Pontal do Sul. Então, por este arquivo ele foi implantado aqui mas não
1339 domino o trabalho em AutoCAD, eu acho que a lei ficou ou para frente ou para trás,
1340 mas é a área de influência da implantação da nova rodovia. Então, você veja, quando ela
1341 vai numa linha reta lá para Pontal, do Sul é a linha da implantação do canal. Quando ela
1342 faz a curva lá para cima e ela aparece lá na ponta essa linha amarela é a rodovia e aqui é
1343 uma bifurcação. Essa linha azul é a ferrovia. A Praia de Leste aparece aqui mas é para
1344 dizer que o canal abre uma bifurcação. O canal vem pra cá e a rodovia vai para lá. Esse

1345 outro braço que aparece aqui, é a curva do viaduto que terá ali na ponta. E aqui, eles
1346 encaminham mostrando uma área de influência, mas aqui existe um loteamento de
1347 chácaras. Então, eles marcaram a existência daquelas chácaras. Por quê? Porque
1348 algumas áreas nós vamos entender o seguinte: essa nova rodovia é o divisor do
1349 perímetro urbano do município. Com aquele layout que eu mostrei no outro slide, a
1350 ideia de ter a alta tensão na margem da rodovia e o gasoduto não vai permitir edificação
1351 à margem da rodovia e não vai haver pontes sobre essa rodovia que transpasse por cima
1352 da ferrovia. Ou seja, a rodovia é o limitador físico da ocupação urbana. É o divisor entre
1353 a área urbana e a área rural, diferente, como mostrei em outros slides, situações que
1354 aconteceram em Santos, que aconteceram em Paranaguá, onde a rodovia passa pelo
1355 centro da cidade e complica muito a vida da população ter uma rodovia circulando no
1356 perímetro urbano.

1357 Então, a ideia do layout dessa nova rodovia, da forma como ela foi desenhada, é
1358 para que não aconteça ocupação à margem esquerda.

1359 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Então, eu não devo
1360 entender que são vias de acesso à área industrial.

1361 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Essas duas linhas
1362 aqui não. Aqui, como existe aquele loteamento de chácara, ainda está em estudo, porque
1363 não é um produto final, a desapropriação daquelas chácaras ou o estudo de impacto de
1364 vizinhança e o licenciamento ambiental é que vai dizer o que vai acontecer com aquelas
1365 áreas. Então, aqui é uma delimitação de uma área de estudo.

1366 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Segunda pergunta,
1367 talvez seja melhor o mapa de uso e ocupação do solo, gostaria de saber qual o
1368 percentual e a área em hectares de cada zona.

1369 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Não temos esse
1370 estudo.

1371 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Então, não se sabe do
1372 tamanho total do município, quantos por cento será ZR-1, ZR-2, quantos por cento de
1373 área de proteção integral e da área portuária.

1374 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Não é um pré-
1375 requisito do Estatuto das Cidades relacionar esses percentuais. Não relacionamos esses
1376 percentuais.

1377 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Associação Mar Brasil):- E terceira e última
1378 pergunta, queria saber, a partir do momento que é feito um planejamento para o
1379 desenvolvimento do município onde você coloca uma área tão extensa para o
1380 desenvolvimento portuário industrial, acho que é importante fazer a correlação e ter
1381 uma ideia de quanto o município vai crescer em número de habitantes até 2025...

1382 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1383 Gente, vamos fazer silêncio para ele concluir a pergunta e ter as respostas. Por favor.

1384 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Então, 2025 seria o
1385 término dos dez anos deste Plano Diretor.

1386 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Exatamente.

1387 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Associação Mar Brasil):- Vocês têm
1388 estimativa, em caso de ocupação, de 100% de todas as áreas qual seria o número de
1389 habitantes?

1390 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- A diretriz da
1391 Secretaria de Estado de Planejamento, quando tivemos uma reunião em 2013, diz que
1392 sairemos de uma população de vinte mil habitantes para uma população de oitenta mil
1393 habitantes. Lembrando que hoje, no pico da temporada, no dia 31 de dezembro e nos
1394 dias de carnaval, nós comportamos quatrocentos mil habitantes na cidade. Mas é uma
1395 população variável. O oitenta mil, daqui para frente, seria uma população fixa.

1396 Complementando a sua pergunta, no texto da lei está bem claro que algumas
1397 diretrizes serão definidas pelo Governo do Estado. O ZEE é um instrumento técnico que
1398 está para ser aprovado e é lá no ZEE que são dadas as diretrizes de ocupação da parte
1399 rural e da parte de ZDD, que é zona de desenvolvimento diferenciado, que é aquela área
1400 do porto. Vou citar um exemplo para entendimento de alguns aqui, tem área rurais que
1401 se fala em 20%, não me lembro do percentual de área de reserva legal.

1402 Nessa área portuária, retroportuária e de serviço, pelo ZEE - Zoneamento
1403 Ecológico Econômico, define lá como ZDD e o ZDD diz que apenas 50% dessa área
1404 será ocupada. Então, por isso o desenho de uma área muito grande mas que não
1405 corresponde a uma ocupação de 100%. Essa área grande corresponderá a uma ocupação
1406 de 50% dela, de acordo com o ZEE.

1407 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (Entidade Mar Brasil):- Então, só para fechar
1408 esta minha participação, então não existe esse número de quanto por cento que cada

1409 área vai ocupar, fiquei curioso em saber quanto a área industrial e portuária iria ocupar.
1410 E acho que baseado nesta falta de informação e outros que eu peguei agora aqui e
1411 projetando o município, quadruplicando o número de habitantes no prazo de dez anos,
1412 indo para oitenta mil, eu tenho certeza que não vão ser, Prefeito Edgar, só quinhentas
1413 pessoas batendo na sua porta pedindo casa. Vão ser muito mais, quando você tiver uma
1414 população de oitenta mil habitantes. O seu mandato termina ano que vem, não sei se o
1415 senhor pretende continuar na política, mas talvez daqui dez anos quando tiver essa
1416 população o senhor não seja mais o prefeito, mas como seria lidar com uma população
1417 que cresceu nesta magnitude em um período de tempo tão curto, mesmo com
1418 planejamento?

1419 Então, acredito que a falta dessas informações, para que a gente possa discutir e
1420 analisar e fazer uma votação, dar um parecer um pouco mais adequado, baseado nesses
1421 prognósticos, nos impossibilita de fazermos essa avaliação momentânea em um curto
1422 espaço de tempo e de tamanha responsabilidade.

1423 Então, quero só reafirmar o pedido de vistas por parte da Associação Mar Brasil
1424 também.

1425 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Um aparte,
1426 Secretário. (Assentimento). Juliano, a questão da implantação do porto e do aumento da
1427 população, nós mostramos imagens aqui, mas não lemos o texto da lei. Ele deixa bem
1428 claro no texto da lei a necessidade do estudo de impacto ambiental, EIA/RIMA, e o
1429 estudo de impacto de vizinhança. Já está protocolada no município a solicitação do
1430 alvará do porto, mas o município não expediu ainda porque solicitou que se fizesse o
1431 estudo de impacto de vizinhança.

1432 Então, o empreendedor teve uma resposta preliminar negativa, com a
1433 recomendação que ele providenciasse o estudo de impacto de vizinhança. Então, está
1434 sendo desenvolvido este documento técnico, o estudo de impacto de vizinhança, que é
1435 exatamente o documento técnico que vai dizer quais as condicionantes de ocupação, de
1436 dano e de medidas compensatórias. Então, este trabalho está em fase de elaboração.

1437 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1438 Obrigado. Temos mais duas inscrições, aí encerramos e vamos para o encaminhamento
1439 final, acho que já deu um bom debate e aí a gente encaminha. Temos o Conselheiro

1440 Aliaga, da Secretaria de Planejamento, e a Sra. Miriam do Conselho de Arquitetura e
1441 Urbanismo. Por favor, Aliaga.

1442 O Sr. Conselheiro José Carlos Aliaga (SEPL):- Boa tarde. Meus cumprimentos a
1443 todos os presentes aqui neste recinto. Acredito que seja de direito pedir vista, mas
1444 gostaria de tentar falar algumas coisas na tentativa de sensibilizar e apelar a respeito do
1445 que estamos tratando com certeza com extrema seriedade. Particularmente para elaborar
1446 este documento que o Sr. Luiz Krezinski apresentou, eu vi trabalhar mais de cem
1447 profissionais, mais de cem da comunidade técnica científica do Estado do Paraná.

1448 Isso, por um lado, me dá certa tranquilidade. Dúvidas? Em todos os projetos nós
1449 temos e temos risco sim, a gente que lida no Planejamento com projetos eminentemente.
1450 Por mais que a gente monte mecanismos muito sofisticados, sempre há uma válvula de
1451 escape que nos permite visualizar todo um processo nos mínimos detalhes. Agora, eu
1452 gostaria de lembrar, e aí que eu fico um pouco de desnorteado e desapontado pelo fato
1453 de nos condenar por décadas e não por centúrias ao subdesenvolvimento do litoral do
1454 Estado do Paraná. Para quem vive lá um dia, é um dia de sacrifício, é um dia de agonia,
1455 porque não pode acessar.

1456 Nós temos municípios com áreas de invasões que estão sendo regularizadas,
1457 depois de aprovados os planos diretores municipais onde tem 50% da população, que
1458 nós não estamos dando o direito aqui de não dar condição de ter água, de ter luz, de ter
1459 esgoto. Enfim, são essas questões que me preocupam muito. Não é por acaso, apesar da
1460 grande contribuição decente que tem o litoral de preservar a mata atlântica, que
1461 também, na contramão, têm os piores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, nas
1462 municipalidades do Estado do Paraná. É terrível a situação do litoral.

1463 Se você vir a renda per capita, meu amigo, nós estamos a trezentos, quinhentos,
1464 oitocentos. A maior é a de Paranaguá. É este o papel que eu acho que tem que ser
1465 avaliado, não porque não se tenha razão no pedido de vistas. Acho que é procedente e é
1466 um direito, mas confesso que me sinto bastante desnorteado porque acredito que não
1467 será o último plano municipal. Poderão ter falhas, como de fato vai ter, como outros
1468 também estão tendo. Ninguém é perfeito. Entretanto, sei muito bem que muitas vezes a
1469 perfeição é inimigo do bom, por um lado. Por outro lado, só para concluir e não me
1470 delongar, apenas para expressar meu sentimento de tentar ver se não existe algum
1471 processo que permita a colega, que tem todo o direito de pedir vistas, de reconsiderar

1472 esse pedido de vistas. Porque cá entre nós, nós estamos no mês de novembro,
1473 quatrocentos e poucos anos estamos negando, agora acredito que as contribuições são
1474 extremamente válidas, não tenho a menor dúvida disso, mas acredito que se existe
1475 alguma dúvida o Luiz Krezinski, que é o Secretário, terá o imenso prazer de se debruçar
1476 em cima dos documentos formulados. Alguns documentos que foram executados em
1477 nível de Estado e que serviu de base para fazer este documento que ele explanou aí, a
1478 gente trabalhou cinco anos a fio com mais de setenta técnicos. Não foi assim que saiu,
1479 de uma forma um pouco leviana. Em absoluto, fomos extremamente rigorosos. Mas em
1480 todo o caso, podem ver, pode ser que tenham pessoas com alguma visão que fugiu dos
1481 técnicos, que possam contribuir.

1482 Entretanto, só para encerrar a minha fala, isso é possível de corrigir. Não
1483 condenemos Pontal do Paraná ao subdesenvolvimento. Temos que dar possibilidade a
1484 essa população que lá está, tenha direito de viver como gente decente. Obrigado.
1485 (Palmas).

1486 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1487 Sra. Miriam, por favor.

1488 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- Sou a Arquiteta
1489 Miriam, faço parte do Conselho dos Arquitetos. Eu não sei aqui a formação de todas as
1490 pessoas, não sei se estão habituadas a planos diretores, mas eu já participei de oito,
1491 inclusive o de Paranaguá. Eu sou cidadã de Paranaguá e vivencio os problemas de todos
1492 aqui. Nós temos uma cidade que o dinheiro passa por Paranaguá, nós somos uma cidade
1493 que entra pelo porto e sai pela rodovia. Então, é uma cidade pobre, apesar de tudo é uma
1494 cidade pobre. E nós temos todo o nosso trabalho cerceado pelo COLIT que agora, pela
1495 primeira vez, estou fazendo parte, até por curiosidade para ver como as coisas
1496 funcionam aqui. Nós temos, como disse o prefeito de Pontal, um Ministério Público
1497 extremamente rígido que para plantar uma cenoura vai questionar e nós temos os órgãos
1498 ambientais, as ONG's, que obviamente têm o direito de questionar e de trabalhar pelo
1499 meio ambiente, mas, como disse o nosso engenheiro aqui, a economia é o que mantém a
1500 população.

1501 Eu já cheguei na época do Plano Diretor de Paranaguá, sugeriram a exportação
1502 de parnanguaras como forma de rendimento, porque nós não podíamos fazer mais nada
1503 e a população cresce. A população cresce. Então, vamos exportar o litoral. Nós somos

1504 cidadãos de menor valor no Estado, porque somos os únicos que temos um Conselho.
1505 Não existe Conselho da Costa Oeste, não existe Conselho do Norte Pioneiro, existe o
1506 Conselho do Litoral onde aqui se tiver o prefeito de Paranaguá e mais um ou dois ou
1507 três que estejam no litoral é muito, o resto é do Estado. Ninguém sabe o que a gente
1508 vive lá. Hoje temos que fazer EIV até para carrinho de cachorro quente. Sabem o que é
1509 isso? Armazéns construídos há quatrocentos anos lá em Paranaguá, trezentos, sei lá
1510 quantos, estão tendo que fazer EIV, situações consolidadas. O Porto de Paranaguá teve
1511 que fazer um EIA/RIMA depois de quantos anos de instalação? Coisas que são
1512 absurdas. Uma cidade totalmente ocupada, fazendo EIA/RIMA para a área urbana, coisa
1513 de trezentos anos lá.

1514 Outra coisa, a gente quando faz um Plano Diretor, eu não fazia parte da equipe
1515 da prefeitura, mas fazia parte da equipe de acompanhamento, eu presenciei eles
1516 convidando Ministério Público, COLIT, entidades ambientais, todas as Associações de
1517 Moradores, etc. e etc. Poucos foram! Promotores, nenhum! O COLIT parece-me que
1518 mandou em uma ou outra audiência algum representante e foi só. O resto quem
1519 participou foi a população.

1520 O diagnóstico é uma coisa básica para ser feito num Plano Diretor e é
1521 exaustivamente pesquisado. Tenho certeza, porque até uma das pessoas que participou
1522 aqui, que é o Eduardo Gobbi, foi um dos técnicos que participou do Plano Diretor de
1523 Paranaguá, e eu conheço a competência dele e eu sei que fazem um diagnóstico
1524 extremamente responsável. Não tem como se produzir um material como o senhor Luiz
1525 apresentou sem ter um diagnóstico profundo da cidade.

1526 Plano Diretor é uma coisa genérica, mutável, com revisão em dez anos, mas ele
1527 pode sofrer pequenas revisões durante o período, até chegar a revisão maior. A cidade é
1528 uma cidade que é dinâmica, orgânica, pode chegar aos oitenta mil lá na frente mas pode
1529 ser que não saia dos trinta. Paranaguá tinha uma previsão de cento e setenta mil
1530 habitantes em dez anos, chegou a cento e quarenta. Não chegou ao topo.

1531 Então, como moradora do litoral, como técnica na área de planejamento que sou,
1532 acho assim: Queremos participar? Queremos participar. Mas temos que dar ao litoral o
1533 direito de crescer. Nós não podemos mais aceitar que lá só se faça estação de peixe. Nós
1534 precisamos de indústria, não temos indústria no litoral, não podemos ter indústria, as
1535 nossas indústrias vão todas para Santa Catarina, tudo que vem vai para Santa Catarina

1536 ou para outros lugares, mas no litoral não fica. Botuca, marui, o que você quiser, nós
1537 podemos exportar, porque não existe mais forma de rendimento senão abrir esse leque
1538 de possibilidades.

1539 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1540 Concluindo, por favor.

1541 A Sra. Conselheira Miriam Gomes Leite da Silva (CAU):- Então, eu acho que as
1542 organizações ambientais aqui presentes têm o seu direito, participem, vão ao litoral
1543 conversar com os técnicos das prefeituras, deem as suas participações, mas eu sei que o
1544 povo precisa do Plano Diretor aprovado. (Palmas).

1545 O Sr. Luiz Carlos Krezinski (Secretário de Pontal do Paraná):- Um aparte,
1546 Secretário. (Assentimento). Ainda para fazer referência ao que o Aliaga falou da equipe
1547 técnica que realizou o ZEE.

1548 Pelo Decreto 2722, que está vigente e é o que determina o uso e ocupação do
1549 solo no litoral do Paraná. Então, os senhores vejam que essa parcela azul aqui é a área
1550 de expansão urbana. Essa área de expansão urbana vai atingir uns dois quilômetros e
1551 meio, três quilômetros. Então, pela lei vigente nós vamos ocupar três quilômetros para
1552 dentro do continente. Com o Plano Diretor aprovado nós estamos reduzindo em Pontal
1553 do Sul para um quilômetro a um quilômetro e meio de ocupação. Então, nós estamos
1554 reduzindo área a ser ocupada, aquela área de expansão urbana. Nós estamos reduzindo a
1555 área de expansão urbana do Decreto 2722 vigente, em troca vamos utilizar aquela área
1556 para a implantação do porto. Então, é uma troca de área. Estamos reduzindo uma área e
1557 estamos aumentando a outra. Então, existe uma compensação. Não é pura e
1558 simplesmente dizer: “A área do porto ficou gigante!” Ficou? Mas fomos prejudicados
1559 em outra parcela do nosso território. Então, houve uma compensação, e aí o trabalho do
1560 ZEE, dos técnicos do ZEE e como o Aliaga falou, pessoas competentes que
1561 desenvolveram o trabalho, está se subestimando o trabalho de pessoas competentes que
1562 foi elaborado.

1563 Seria isso. Obrigado. (Palmas).

1564 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1565 Dailey, por favor.

1566 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- Espero que seja minha
1567 última participação. Bom, nós sabemos, muito se falou do Ministério Público Estadual,

1568 nós sabemos que o Ministério Público Estadual entregou a vocês um pedido de vistas
1569 também. Imagino que esse ofício já esteja nas mãos do Secretário.

1570 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1571 Gente, vamos respeitar a fala, por favor.

1572 A Sra. Conselheira Dailey Fischer (Mater Natura):- E aproveitando, a
1573 participação do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal é
1574 extremamente importante, está aí o desastre de Mariana para mostrar a efetiva
1575 importância disso. Eu trabalhei na revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte, por
1576 exemplo. Então, foi uma experiência muito rica em participar no tamanho da
1577 dificuldade que é isso.

1578 Bom, e como última colocação, o senhor citou o impacto de vizinhança,
1579 solicitado ao porto, mas nós vemos a importância de um estudo de impacto sinérgico de
1580 todos esses empreendimentos que estão previstos, porque nós temos a ampliação da
1581 Techint, nós temos a Odebrecht, a Melpert, a Subsea Seven, cada uma delas foi feito o
1582 seu estudo de impacto ambiental de forma isolada e nós não temos uma análise
1583 integrada das consequências para o município tanto para a parte terrestre quanto para a
1584 parte aquática deste conjunto de empreendimentos.

1585 Então, eu entendo a urgência dos moradores de Pontal do Paraná, mas realmente
1586 é de extrema importância que a gente faça uma análise mais crítica em relação ao que
1587 está sendo proposto, levando em consideração inclusive os dados desses estudos de
1588 impacto ambiental e as projeções nele previstos. Obrigada.

1589 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1590 Obrigado. Vou tentar fazer um apanhando aqui e tentar dar um encaminhamento.

1591 O Sr. Conselheiro:- Uma questão de ordem. (Assentimento). Vou retirar a minha
1592 sugestão daquele encaminhamento, porque vi que os outros Conselheiros, com o direito
1593 que têm assegurado na legislação vigente, de ter o pedido de vistas. Eu queria fazer uma
1594 modificação em todo o encaminhamento, que a gente considere as vistas coletivas para
1595 que a gente não tenha outro pedido de vistas na próxima reunião. Seria o primeiro
1596 pedido.

1597 O segundo, se não estou enganado, temos uma agenda para o dia 03 de
1598 dezembro, que os Conselheiros que pediram vistas, tenho certeza que a equipe de Pontal
1599 vai estar à disposição...

1600 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- Eu
1601 peço que você aguarde um pouco eu apresentar o encaminhamento e aí você faz um
1602 aparte, senão a gente não avança.

1603 Eu vou continuar, então, o meu encaminhamento proposto. Primeiro
1604 considerando, como você ajudou e colocou o que estava falando, o direito do pedido de
1605 vistas previsto no regimento. O nosso entendimento é que ele é um só, então ele pode
1606 ser considerado coletivo. Não tem nenhum problema se vai ser feito por um ou por dois.
1607 Temos quatro instituições que pediram e reafirmaram com muita consciência, é um
1608 direito e foi pedido. Então, temos que considerar, não tem jeito, está no regimento.

1609 Por outro lado, queria pedir a compreensão, a gente entende os moradores, as
1610 pessoas que têm empresas ou, enfim, que têm demandas que dependem da aprovação do
1611 plano, isso vem de um bom tempo já. Nós avançamos bem durante o ano. A Secretaria
1612 com toda a transparência, e atendendo ao pedido do município, do prefeito que esteve lá
1613 colocando a situação que se apresentava a questão do Plano Diretor, nós tivemos uma
1614 postura de, lógico, não passar por cima de nenhum procedimento, mas de dar a mão, de
1615 entender o assunto com profundidade e trazer aqui num fórum ampliado, inclusive
1616 como eu coloquei no começo hoje, o COLIT é maior, tem uma representatividade
1617 maior.

1618 Então, mesmo entendendo essa pressa, mas considerando por outro lado
1619 também, além dos pedidos de vistas, a necessidade de aprovação da revisão da lei,
1620 prefeito, como a gente já conversou. Então, mesmo que não tivesse o pedido de vistas,
1621 nem nada aqui e aprovássemos aqui hoje, não é a aprovação final. Tem que ter a
1622 aprovação lá da Câmara ainda, da revisão das leis. E se tiver alguma modificação
1623 durante a aprovação das leis? Não sei! Pode ser que não, pode ser que sim, aí teria que
1624 voltar para cá, dependendo do tipo de intervenção que tivesse.

1625 Então, o mais coerente, no meu ponto de vista, estou tentando conduzir com a
1626 maior isenção possível, lógico que eu tenho os meus deveres como Secretário de Meio
1627 Ambiente do Estado, mas aqui é mais em conduzir a reunião. O bom senso leva, já que
1628 temos os pedidos de vistas, as dúvidas das entidades que se dedicam a isso também,
1629 trabalham lá no litoral, entendendo a urgência, mas entendendo a necessidade de passar
1630 pela Câmara dos Vereadores, então vamos fazer as duas em paralelo.

1631 O que o prefeito nos colocava? Se a gente também não tem uma posição, pelo
1632 menos preliminar, do COLIT fica difícil de levar para a Câmara, porque aí aprova na
1633 Câmara e depois o COLIT não aprova. E fica de um lado para o outro, como aconteceu
1634 ano passado. Aprovou-se na Câmara e depois não se aprovou no COLIT, aí agora
1635 aprovou no COLIT aí tem que rever na Câmara. Então, por isso que eu mantive a
1636 reunião aqui.

1637 E tem mais um elemento ainda que foi colocado pelo nosso Jurídico, e isso estão
1638 nos autos, estão nos processos e temos que ser o mais transparente possível, até para
1639 depois não perder a efetividade para frente. Não adianta não sermos transparentes nas
1640 questões, porque depois pode ser acionado inclusive judicialmente. Então, tem o
1641 princípio da autonomia do município.

1642 Então, ao aprovar algo aqui pode ser entendido como uma pressão, um
1643 direcionamento lá na Câmara dos Vereadores. Então, vamos tomar todo o cuidado. Nós
1644 fizemos um trabalho técnico, o município se dedicou, investiu, tem muita gente que
1645 participou, então vamos ter um pouco mais de paciência. Pelo aprofundamento que as
1646 instituições fizeram o pedido de vistas entendem necessário para eles poderem dar as
1647 contribuições que forem possíveis ainda. E por outro lado, vamos respeitar o princípio
1648 da autonomia do município. Vamos deixar a Câmara, agora com essa pré-aprovação do
1649 COLIT, inclusive com o parecer da nossa Comissão já, vamos deixar tramitar lá. O
1650 prefeito vai fazer o encaminhamento para a Câmara, acho que as coisas caminham
1651 conjuntamente. E daqui mais alguns dias ou algumas semanas nos encontramos, sem
1652 nenhum problema, sem nenhuma perda, vocês que estão aí ansiosos pela aprovação.
1653 Nós temos que esperar esse período, senão a gente aprova aqui, depois muda na
1654 Câmara, daí volta para cá. Acho que em pior.

1655 Acho que agora temos que ter um pouco de bom senso e desprendimento e
1656 vamos para uma finalização, tirando todas as dúvidas e trabalhando as duas coisas ao
1657 mesmo tempo. Eu só estou explicando isso mais a título de dar um conforto,
1658 principalmente aos convidados, aos moradores de lá e para todos. Por outro lado eu não
1659 precisaria nem estar explicando aqui, as vistas está pedido, é regimental, a gente tem
1660 que dar e ponto.

1661 Mas estou tentando contribuir com algumas palavras, mais a título de conforto, e
1662 também para vocês não saírem daqui decepcionados. Não é isso. Sabe: “Pô, está sempre

1663 jogando para a frente!” Não é isso. Caminhou bem, faltam poucos passos, vamos dar
1664 esses passos juntos, senão uma coisa pode prejudicar a outra. Além de tudo isso, não é
1665 um pedido só de vistas. O Ministério Público, no início da reunião, nos foi entregue
1666 aqui que também pede que não seja aprovado, embora é um pedido administrativo, não
1667 é um determinação judicial, então logicamente a gente não tem a obrigação de atender.
1668 Mas se eles têm dúvida também vamos encaminhar, é a maneira que a gente trabalha,
1669 todas as informações ao Ministério Público. Embora essas informações foram
1670 disponibilizadas, porque eles também são membros observadores aqui, da mesma
1671 maneira em que foi disponibilizado para os Conselheiros também foi disponibilizado
1672 aos membros observadores, mas o entendimento é que também contribuem porque é
1673 mais um pedido de vistas, é importante. O Ministério Público tem toda a sua
1674 importância e logicamente quanto mais nós fornecermos as informações, prestar todos
1675 os esclarecimentos possíveis, menos problemas possíveis teremos.

1676 Então, eram essas as considerações. Estou fazendo mais a título para tentar dar
1677 um conforto, sei que não é fácil isso, mas regimentalmente temos que dar as vistas e
1678 colocar em votação só numa próxima reunião. Inclusive o Ministério Público pede que
1679 este documento faça parte da Ata da reunião. A reunião é toda gravada, eu não fiz a
1680 leitura mas fiz a citação ao documento e este documento vai fazer parte da Ata também,
1681 como tudo o que foi aqui conversado e discutido.

1682 Então, posto isso, antes de encerrar, vou dar um aparte ao prefeito e, em seguida,
1683 vamos para o encerramento.

1684 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- O que nós
1685 precisávamos saber? “Ah, vamos encaminhar para a Câmara Municipal para ser
1686 votado.” Só que não tem como votar antes de serem decididos, analisados esses pedidos
1687 de vistas. Outra coisa, o Ministério Público mandou este documento, mas ele precisa
1688 estar presente também.

1689 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1690 Uma coisa não depende da outra, prefeito. As bases, prefeito, para a adequação que
1691 vocês precisam votar as leis, são coisas até simples pelo o que me passaram, eu não sei
1692 todos os detalhes. Acho que vocês têm já o suficiente, tem até minuta preparada. Então,
1693 isso é tranquilo. O pedido de vistas, pelo regimento, tem cinco dias, a partir da
1694 disponibilização dos documentos, no mais tardar amanhã vai estar disponibilizado,

1695 cinco dias para quem pediu vistas, aí entendo também com o coletivo, além dos quatro,
1696 quem mais quiser enviar como Conselheiro, como parte do Conselho pode encaminhar.
1697 Então, teria cinco dias para encaminhar para a Secretaria Executiva do COLIT.
1698 Dependendo do conteúdo aí lógico nós vamos encaminhar para o autor do Plano Diretor
1699 que é o município para fazer as considerações ou as explicações ou consideração no
1700 planejamento e aí poderíamos trazer novamente ao Conselho para um encaminhamento
1701 final.

1702 O Sr. Conselheiro:- Já fica marcada essa nova data? Tem que marcar.

1703 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:- Eu
1704 entendo que, como tem cinco dias para as contribuições, para o retorno das
1705 contribuições dos Conselheiros, depois nós temos que ter um tempo de análise disso e
1706 tramitação tanto da Secretaria Executiva do COLIT como do autor, que é a prefeitura.
1707 Eu entendo que precisamos de alguns dias para isso, até porque vai estar tramitando lá
1708 na Câmara. Eu deixaria aqui marcado... Dia 03 de dezembro é impossível, porque vêm
1709 as contribuições, a gente tem que ter um tempo para analisar isso. Então, dependendo do
1710 que virá podemos precisar de um tempo maior ou menor. Nas próximas semanas é
1711 impossível de se fazer isso, até para tramitar dentro da Câmara dos Vereadores, não sei
1712 o tempo necessário lá, eu deixaria prevista, pré-agenda para a próxima semana, entre o
1713 dia 10 e o dia 15 de dezembro. O senhor colocou a meta de terminar o ano com o Plano
1714 Diretor aprovado, eu entendo que regimentalmente tem tempo hábil, lógico que vai
1715 depender da contribuição que venha de quem pediu vistas e de como a Secretaria
1716 Executiva e o município vão tratar essa questão, mas existe o tempo hábil. Tem cinco
1717 dias para encaminhar, depois um tempo para analisar e entre o dia 10 e o dia 15 ficaria
1718 prevista a nossa reunião. A gente só define exatamente o dia que vai ser a partir do
1719 momento em que recebermos as contribuições, pode ser assim? Fechado?

1720 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Acho que sim.

1721 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1722 Tudo bem?

1723 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Essa próxima
1724 reunião seria aqui ou pode ser em Pontal?

1725 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1726 Bom, a prefeita de Guaratuba fez esta provocação no início de fazermos fora de
1727 Curitiba, pode ser em Pontal, pode ser aqui.

1728 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Então, vamos
1729 fazer em Pontal.

1730 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1731 Prefeito, vou considerar a sugestão do local de trabalho e depois a gente analisa com
1732 mais profundidade e delibera sobre isso. O importante é que por parte do COLIT, por
1733 parte da Secretaria do Governo do Estado temos reservada a agenda para esse período
1734 para fazermos uma segunda reunião, trazer todas as dúvidas ou esclarecimentos,
1735 contribuição para fazer um encaminhamento final.

1736 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Até porque
1737 Pontal do Paraná faz aniversário no dia 20, e a gente gostaria, como um presente para a
1738 cidade, que este Plano Diretor fosse aprovado este ano ainda.

1739 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski:-
1740 Vamos fazer um empenho aqui, de todos, acho que todos têm o mesmo interesse, que
1741 tenha realmente o planejamento, planejamento é extremamente importante, lembrando
1742 que tudo o que está previsto de empreendimentos, depois têm todos os passos de
1743 licenciamento ambiental. Mas é importante este debate, é um espaço democrático, é um
1744 espaço bacana, com profundidade técnica e entendo que é assim que temos que
1745 caminhar. Muito obrigado pela presença de todos e até a próxima. Está encerrada a
1746 reunião. (Palmas).